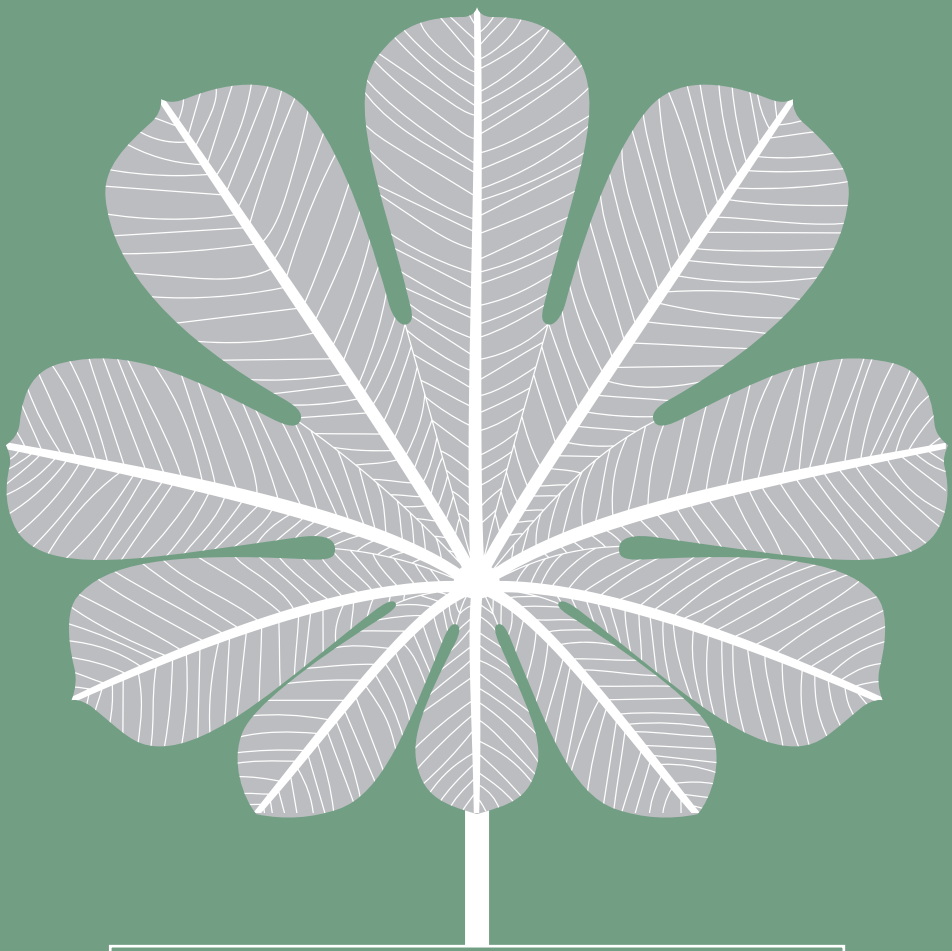


Edson Beú

VELHOS NÃO MORREM

Breve tributo à memória, ao imaginário e à sabedoria

SABERES DO POVO

Imaginário e realidade se entretecem e no mais das vezes se confundem num só corpo, um realimentando o outro neste **Velhos Não Morrem**, um texto-tributo com que Edson Beú homenageia os seus ancestrais. Premissa mais meridianamente límpida não poderia haver, orientando na medida justa como principal vetor de sua poética empreitada. E assim ele urde uma espécie de combo em que, no vai e vem de curta narrativa focada na sua crônica familiar de mais de século, alternam-se, num compasso binário, exemplos da criatividade e da arte popular e os conceitos que provocaram no âmbito da cultura erudita.

Quem puxa o fio da meada é d. Auta Beú do Carmo Luiz, longeva, mas lúcida aos noventa e nove anos de vida vivida, mãe e fonte do autor para realizar essa súmula em que são revisitados os costumes e os mitos, o folclore, a culinária, a farmacopeia, a música e os autos populares, em especial os do Nordeste.

A fabulosa matriarca é oriunda de um casamento curioso como sintoma de uma condição que se arrasta desde tempos imemoriais: confrontando os preconceitos de raça e de classe social, a sua avó Rita, bela morena, uniu-se ao filho branco de rico fazendeiro, fugindo espetacularmente do sertão do Ceará até alcançar a distante zona canavieira das Alagoas. Um “romeu e julieta” com seu tanto de rocambolesco no atrasado cenário escravagista do século dezenove.

Edson Beú

VELHOS NÃO MORREM

Breve tributo à memória, ao imaginário e à sabedoria

Edson Beú

Velhos não Morrem

Breve tributo à memória, ao imaginário e à sabedoria

Gráfica e Editora Ideal
Brasília | 2018

Copyright © 2018 Edson Beú

Diagramação e capa: Patrícia Weiss
Revisão de texto: Fábio Rezende
Fotos: Edson Beú e arquivo familiar
Transcrição de melodias: Pâmela Duarte

Impressão: Gráfica e Editora Ideal Ltda

Direitos para esta edição:
Edson Beú
SQN 416, bloco O, ap. 101
70879-150 – Brasília, DF
edsonbeu@gmail.com

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito de Edson Beú.

B566v Beú, Edson.
Velhos não morrem: breve tributo à memória, ao imaginário e à sabedoria / Edson Beú.—Brasília, DF : Gráfica e Editora Ideal, 2018.
136 p.

Inclui partitura.
ISBN 978-85-89196-85-7

1. Literatura brasileira. 2. Memórias. 3. Nordeste, Brasil – Costumes e mitos. I. Título.

CDU: 82-94(81)

Ficha catalográfica elaborada por Iza Antunes Araujo CRB1-079

Aos construtores anônimos
do conhecimento.

Agradecimentos especiais a minha irmã
Vera Lúcia, fiel parceira deste trabalho.

Sumário

Prefácio 11

A dupla face da realidade 15

Com a palavra, d. Auta 19

A casa materna e seu quintal 27

Tempo, poderosa abstração 35

O amor no tempo dos bangalôs 39

"Sabença" 49

Medicina sem jaleco 51

Reino encantado 67

Caipora 67
Gritador da Mata 72
Lobisomem 75
Mula de padre 78

Mitos no divã 83

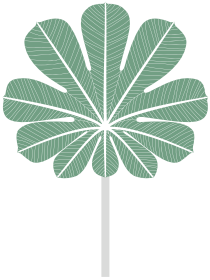
Chuva de piaba 87

Guardiões da memória 93

Brincadeiras 105

"O coco de verdade" 107
Chegança 112
Pastoril 114
Guerreiros 116
Maracatu 119
Reisado 120
Desafio 122
Serra o velho 123

Referências 129



Prefácio

A escrita, quando leva a sério a vida de todo dia, não é opinião. É, considerando as palavras de Paul Ricoeur, a "discursividade primordial do vivido". Memória selecionada do modo como cada um apresenta o mundo. Mundo de vivência paradoxal, carregada de dificuldades que a pobreza impõe.

Edson Beú, ao iniciar esta tarefa, construir um texto em tributo à própria mãe, acabou por revelar a grandeza da narrativa e da oralidade, tão em desprestígio neste tempo da comunicação virtual. Perspicaz, submete o olhar e o ouvir aos sinais que salientam acontecimentos inscritos na história de comunidades que vivenciaram com ardor o que a história oficial considera insignificante. Ele faz emergir da narrativa as delicadezas expressas no gesto mais singelo de cantar, dançar, brincar e recontar o que a memória guardou de mais precioso.

Contrapõe narrativa e informação, bebendo nas águas de Walter Benjamim, com cuidado de cirurgião, para marcar e demarcar os relatos sobre a cotidianidade.

Entrelaça desencantos e encantos, de sorte que o leitor fica mais interessado no lado bom da vida.

Para realizar essa tarefa, recorre às lembranças da infância, que incluem as tramas tecidas nas narrativas de sua mãe. Retorna a um passado mais longínquo, dos avós, para percorrer a vida da família em Alagoas, a tarefa diária de cortar cana dos boias-frias, numa época ainda sob influência da velha aristocracia açucareira, regida pelos senhores de engenho. Mas ao fazê-lo, não é com o intuito de construir mais um discurso de lamentações pelas desigualdades e injustiça sociais.

Orgulhosamente, subtrai do seu discurso as trilhas convencionais e, tal qual um artesão, reativa a memória de como as pessoas "aproveitavam o lado bom da vida". A dura realidade de cortadores de cana não impedia aquela gente de suar de alegria no animado coco e nas outras brincadeiras, ressaltando a valência da vida, com seus saberes, crenças e lendas.

Pode-se dizer que a narrativa contida neste livro faz emergir a invenção do cotidiano fora da rota do domínio da ordem científica. Os sentidos são acionados por situações peculiares de quem vive na simplicidade à beira da mata, longe da cidade grande. Em lugares simples e de poucos recursos, a vida e as experiências são adquiridas na convivência com o mundo do quintal e o mundo da mata, mais do que no diminuto espaço da casa.

Quase tudo vem da floresta ou passa por suas trilhas, e é nesse lugar que se aprende a reconhecer e retirar os

benefícios para o corpo e para a alma. A força desse saber enseja ao autor falar da "sabença popular", numa referência ao termo cunhado por um etnólogo.

As crianças brincam de manja, bonecas de pano e se aventuram pelas redondezas. As mulheres cozinham o que provém da terra, dos mangues e do mar, enquanto os homens trabalham nos canaviais.

A narrativa revive hábitos alimentares, propriedades curativas de ervas, que ocupam lugar de destaque pela urgência e necessidade. Chás, emplastos, a influência da lua, mitos e crenças que a ciência renegava.

A oralidade descreve fazeres, rastros e castigos impostos pelos habitantes da Mata Atlântica, "reino encantado" de histórias "espetaculares". Registros datam desde 1560, quando o jesuíta José de Anchieta usa o substantivo "demônios" para se refetir aos mitos da floresta que atormentavam os indígenas.

O relato sobre um fato acontecido entre os membros da família de Auta dá conta de que é visualizado não como metáfora, tampouco como imaginação profícua do narrador. As palavras são acomodadas em um enredo sincero, revelador de algo sério, com que se deve tomar cuidado e precaução.

Como nos informa o autor, não há como vislumbrar no relato exploração literária ou cinematográfica. São figuras assombradoras que acompanham toda a vida do sertanejo, uma crença mantida pelo contar e recontar de histórias.

Interessante é o fato de que a descrição de d. Auta coincide com registros de estudiosos da cultura brasileira, que ela nunca tivera a oportunidade de conhecer.

Mudando a família de cidade e de ofício, mas vivendo entre garimpeiros, lavadeiras, filhos de escravos, os relatos

fazem emergir histórias de tesouros revelados em sonho. Afinal, nessas paragens não se vive do "ouvi dizer". As narrativas contam experiências familiares. É nesse contexto que a oralidade tem um papel fundante, como liga social. As pessoas mudam de lugares e não escapam à incompletude da vida. No entanto, reconhecem seus conterrâneos no emaranhado de saberes adquiridos na simplicidade, pela oralidade, conferindo sentidos que enredam a visão de mundo.

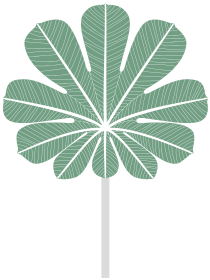
Os velhos, "guardiões" da história oral, revigoram a memória das novas gerações, recontando os acontecidos para que estes não caiam no esquecimento. Junto com o contar, vai a experiência importante no auxílio de quem continua na lida de uma vida de muito trabalho e pouco conforto. Aquilo que os livros não contam a memória seleciona. Quase uma lição de vida, restaura o que é lúdico e deixa a dor para o destino tomar conta.

A tradição puxa o refrão das raízes culturais, e o que é possível vai sendo desenhado nas rodas de cantigas, nos bailes e nas jocosidades, nas quais a imaginação é embebida por um cotidiano duro, mas embalado pelo campo simbólico, de modo a tornar o difícil menos intenso.

Dizer "aquele que era tempo bom", como repete d. Auta, é um artifício da memória reativada na oralidade, mas efusivamente consciente na tarefa de dar preferência àqueles acontecimentos que remarcam os lugares da experiência cotidiana.

Márcia de Melo Martins Kuyumjian

Doutora em Sociologia e professora
aposentada da Universidade de Brasília (UnB)



A dupla face da realidade

Só se pode estudar aquilo
que se sonhou primeiro.
(Gaston Bachelard)

Canavial de Luiz Florêncio Bispo, Coruripe, Zona da Mata de Alagoas. Era uma tarde de sexta-feira, dia de pagar os boias-frias por mais uma semana de trabalho. Cada um recebia os trocados com um misto de alegria e frustração, fazendo planos para aproveitar o lado bom da vida como podia. Um deles chama o outro para ir a um conhecido forró da região e ouve um resoluto "não". Surpreso, quis saber o motivo da recusa. O parceiro contou-lhe que um de seus amigos fora cercado pela caipora a caminho da tal festa havia poucos dias. Por isso, não passaria por lá à noite por nada neste mundo. Os demais continuavam a ajeitar suas capangas, indiferentes à explicação do companheiro, como se ela fosse absolutamente incontestável para justificar a negativa do convite, não cabendo aí qualquer reparação.

Aqueles trabalhadores eram todos jovens, mental e fisicamente saudáveis. Chamaria a atenção de qualquer desavisado, como eu, a espontaneidade e a convicção dos dois interlocutores e a passividade da diminuta plateia em atestar, com o silêncio, a veracidade do relato. O diálogo ali produzido selava um casamento perfeito e raro entre o imaginário e a quase sempre arrogante racionalidade humana.

Há dezenas de anos ouço minha mãe contar histórias sobre mitos da floresta. E é muito provável que aquele rapaz, que ouvira os pais falarem sobre a caipora, iria repetir o mesmo relato aos filhos, e estes, aos netos, vivificando o zombeteiro ser pelos sucessivos ramos de sua árvore genealógica.

Ridicularizar um episódio por escapar do crivo da razão é optar pela lei do mínimo esforço. Por isso, taxar aquele diálogo de simples asneira pareceu-me tão inconsequente quanto considerá-lo verdade inconteste.

Imaginário e realidade são duas faces de uma mesma moeda. Contudo, custou à elite intelectual admitir que o conhecimento andasse de mãos dadas com um parceiro que fora motivo de pilhéria ao longo de séculos, indigno de crédito e, consequentemente, de pesquisa.

Subestimado pela "objetividade" positivista, o imaginário só ganhou relevância entre os historiadores nas últimas décadas do século XX, a partir de um movimento nascido na França, que contrariava a tese das "verdades absolutas" defendida pelos iluministas.

> Quisera eu ser dona da verdade inteira e nua, que nua, consta a sabedoria popular, está ela no fundo de um poço fundo,

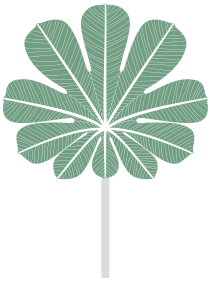
> e sua irmã mentira foi a que ficou em cima beradiando.
>
> (Cora Coralina)

Desde então, em meio a muitos conflitos, as vertentes do imaginário passaram a ocupar espaço nos departamentos de História e de outras disciplinas. O francês Roger Chartier entende que o imaginário precede o racional e faz com que a vida dialogue cada vez mais com sua face subjetiva. E Cornelius Castoriadis vai além ao afirmar que a solução dos problemas "reais" só é viável com a interveniência do imaginário. Por sua vez, Gaston Bachelard, filósofo e poeta, ou mais poeta do que filósofo, tal a beleza de suas incursões pela alma humana, credita à potência criadora da imaginação as inovações tecnológicas que encantam o homem.

Edgar Morin considera o trinômio emoção-curiosidade-paixão a "mola mestra da ciência". A opinião do antropólogo leva essa abordagem até a sala de aula de uma escola do interior mineiro. O ano era 1968. Enquanto os militares depredavam laboratórios, queimavam livros, prendiam e espancavam universitários, os alunos do Colégio Estadual de Patos de Minas, desligados dos noticiários de um mundo sem internet, assistiam a mais uma aula de matemática. O professor, José Secundino da Fonseca, por lazer e diletantismo, em ocasiões especiais, reservava a metade da aula para realizar a operação considerada por ele a mais complexa de todas: provar que um é igual a um. O mestre gastava vários tocos de giz (e de cigarro) para desenvolver dezenas de cálculos, sem o auxílio de qualquer instrumento eletrônico, alternando soma, subtração,

divisão, multiplicação, raiz quadrada, entre tantos outros recursos, no meio dos quais às vezes se perdia e, após usar cada palmo da grande lousa sob o olhar atento dos pupilos, era obrigado a apagar tudo em busca de mais espaço para dar sequência à paciente missão. Depois de uma hora de trabalho, exibia finalmente à classe, com alívio e regozijo, a equação tenazmente procurada e ironicamente óbvia: 1 = 1.

Por trás daquele longo exercício de lógica, os números eram apenas meros instrumentos de uma arguciosa inspiração, irmã gêmea do imaginário. E se não tivesse paixão pelo ofício, o respeitável professor jamais realizaria a exaustiva proeza, que sequer fazia parte do currículo da disciplina.

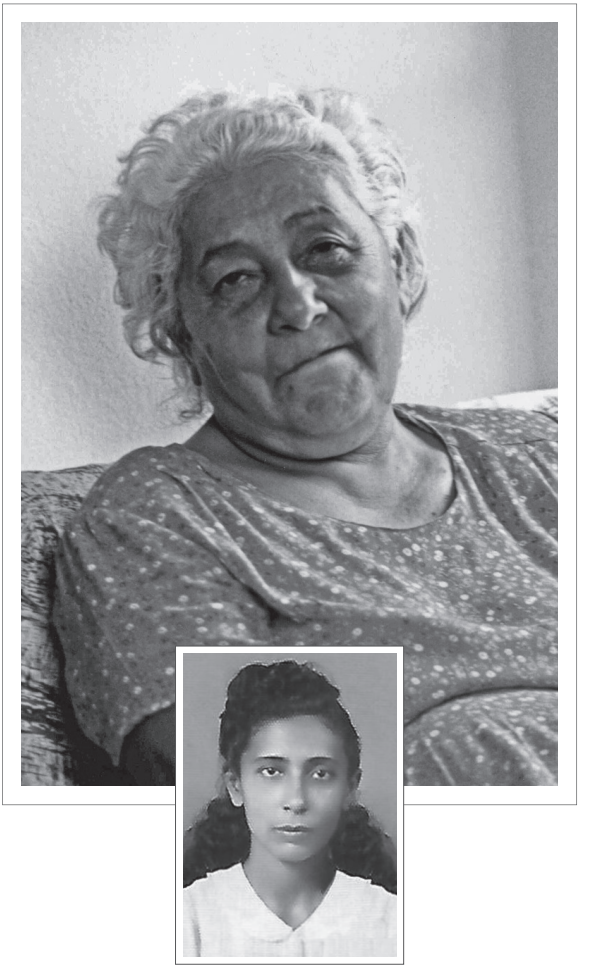


Com a palavra, d. Auta

O grande narrador tem
sempre suas raízes no povo.
(Walter Benjamin)

Auta Beú do Carmo Luiz, irmã do canavieiro Luiz Florêncio Bispo, nascida em 1919, na Fazenda Paraná, Coruripe, Alagoas, minha mãe. Mais interessante do que os dados biográficos são os contornos novelescos da árvore genealógica daquela que é fonte inspiradora desta narrativa.

Na segunda metade do século XIX, no interior do Ceará, nascia Rita, menina de origem pobre, adotada por uma família igualmente humilde. Ao se desabrochar para a vida, mostrou-se extremamente bela. Tão bela que conquistou, sem esforço ou artifício, o coração de um rapaz filho de fazendeiros, de sobrenome Bispo, que se opuseram ferrenhamente ao romance a ponto de ameaçarem o filho com a deserção, caso levasse adiante sua paixão.



D. Auta

Para espanto dos pais, o jovem preferiu abdicar do direito à herança e partir sem eira nem beira sertão afora até Alagoas, levando nos braços a bela Rita. Repentinamente pobre, mas alfabetizado, privilégio de poucos na época, conseguiu emprego no engenho da fazenda Paraná, no município de Coruripe, onde a vida girava em torno dos primitivos engenhos de açúcar. Sua função era contar as cargas de cana levadas no lombo dos cavalos pelos "cambiteiros". Meses depois, Rita daria à luz d. Izabel, ventre de onze filhos, o primeiro deles, minha mãe, hoje, às vésperas de completar noventa e nove anos de idade.

Antes, porém, de passar a palavra à depoente, torna-se oportuno contextualizar o seu papel no espaço histórico da oralidade. Tal qual acontecera com o imaginário, as fontes orais não tinham crédito entre o meio acadêmico. Sob o pretexto de contar "o que realmente aconteceu", como dizia o lema positivista, os testemunhos dos cidadãos comuns, que dispunham apenas da voz para registrar os acontecimentos guardados na memória, foram, por muito tempo, ignorados pelos historiadores. Em nome de uma pretensa objetividade, valia apenas o que estava escrito.

Se ler e escrever era prática restrita a poucos, o acesso aos meios de impressão, de elevado custo na época, ficava limitado às classes abastadas, as mesmas que ditavam as regras no meio político. Assim, não é preciso muito esforço para concluir que a história ensinada nos livros escolares impôs, por longo tempo e eventuais exceções, a versão construída pela classe dominante, isto é, um relato tão parcial e subjetivo quanto o perfil ideológico dos grupos que se alternavam no poder.

Por fim, depois de muito debate, prevaleceu o entendimento de que as duas fontes, escrita e oral, são igualmente importantes. Em vez de excludentes, uma completa a outra. Arestas parcialmente aparadas, a oralidade continua a enfrentar obstáculos, agora por conta das mudanças de comportamento provocadas pelas inovações tecnológicas, uma vez que o palco virtual substitui cada vez mais as relações pessoais, tirando de cena as figuras do orador e seus ouvintes em seu modelo tradicional.

Antes mesmo de a comunicação *on-line* transformar o mundo numa "aldeia global", o filósofo Walter Benjamin observava que o volume de informação transmitido pelos noticiários de sua época já estava deixando os homens "pobres em histórias surpreendentes", contribuindo para um iminente declínio da narrativa interpessoal, que inclui o hábito milenar de contar história e causos:

> A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação.

O corre-corre da chamada "vida moderna" extingue do cotidiano uma condição que Benjamin considera essencial à prática da narrativa e que o homem geralmente abomina, o tédio:

> Se o sono é o ponto mais alto da distensão física, o tédio é o ponto mais alto da distensão psíquica. O tédio é o pássaro de sonho que choca os ovos da experiência. O menor

> sussurro nas folhagens o assusta. Seus ninhos – as atividades intimamente associadas ao tédio – já se extinguiram na cidade e estão em vias de extinção no campo.

A poética reflexão é dos anos 1930, quando d. Auta tinha apenas onze anos de idade, mas se torna atual quando o autor diferencia informação de narrativa: "A informação só tem valor no momento em que é nova", pois ela é jogada na lixeira (física ou virtual) tão logo publicada. "Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver", analisa o pensador.

Aguçando os ouvidos para a comunicação dos primeiros habitantes destas terras, percebe-se que os indígenas foram os percussores da história oral do Brasil, afirma Luís da Câmara Cascudo em *Literatura Oral no Brasil*:

> Outrora, os chefes indígenas reuniam-se ao redor das chamas, para discutir a vida da tribo, marcha dos dias, mudança das malocas, situação dos plantios, proximidade das piracemas. Era também a hora em que os moços, os *curumi-açu*, tomavam conhecimento das tradições guerreiras, das ocorrências seculares, dos segredos que orgulham a memória de narradores e auditórios, ligados pela continuidade do idioma e do sangue.

O relato de minha mãe indica que hábito de contar histórias entre os moradores da Zona da Mata seguia ritual semelhante ao dos habitantes anteriores à chegada de Pedro Álvares Cabral.

Em frente de casa, tinha um terreiro grande, muito limpinho, de areia branca, onde a gente brincava nas noites de lua cheia. Os vizinhos se reuniam ali, faziam uma roda sentados no chão e começavam...

As narrativas eram feitas predominantemente pelas mulheres. Restringidas às atividades domésticas antes da eclosão dos movimentos feministas por igualdade de direitos, eram movidas pelo tédio reverenciado por Benjamin. Pelo fato de possuírem o "arquivo mental em desenvolvida extensão", segundo Cascudo, elas se tornaram especialistas contadoras de histórias.

Contudo, o novelo feminino da história oral no Brasil começou a ser tecido por mãos africanas. "Foram as negras que se tornaram entre nós as grandes contadoras de histórias", afirma Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*. Para isso, elas se valiam do *akpalô*, prática narrativa de povos daquele continente, usada para manter vivas suas tradições. O hábito foi introduzido na colônia pelas anciãs, dedicadas a contar histórias às compatriotas, amas de leite dos filhos dos senhores de engenho.

O depoimento de minha mãe também ajuda a explicar a supremacia feminina nas relações entre pais e filhos: a árdua jornada de trabalho à qual os maridos eram submetidos nos engenhos de cana-de-açúcar:

Os homens passavam o dia inteiro na enxada e na foice, trabalhando no canavial.

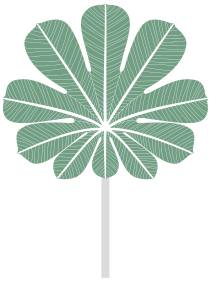
Não podiam parar pra nada, porque o feitor ficava ali vigiando. Só paravam pra beber água. Era quase um cativeiro. Quando chegavam em casa, estavam tão cansados, coitados, que às vezes nem banho tomavam. Do jeito que estavam, caíam na cama para levantar no outro dia bem cedinho. Se dizia "trabalhar no eito". Se alguém perguntasse: "Fulano, onde você trabalha?". Ele respondia: "Eu trabalho no eito". Na época da moagem, vinha aquela tropa de gente, homens e mulheres junto com os filhos. Eram dois a três dias de viagem até o engenho. Faziam as trouxas, punham na cabeça e saíam no mundo pelas picadas, porque estrada era muito difícil por aquelas bibocas. A Casa de Farinha ficava cheia: homens, mulheres e crianças, junto com prensa, forno, roda, caititu, ferramentas, tudo misturado. Quando acabava a moagem, cada um voltava para suas brenhas. Arrumavam as trouxas, botavam na cabeça, nas costas e saíam bem cedinho, muito antes de o dia clarear, cantando...

Minha morena, vamo'-nos embora olô...
Que o tempo bom se acabou...
Minha morena, vamo'-nos embora olô...
Que o tempo bom se acabou...

Muita gente acordava com a cantoria e abria a porta pra ver. Era um canto triste. Ali na moagem pelo menos eles tinham trabalho, ganhavam um dinheirinho, pouco, é verdade, mas dava pra alimentar os filhos, comprar uma roupinha ou um par de tamancos novos na feira. Porque muitos deles chegavam descalços, de pés no chão ou com uma alpargata que eles mesmos faziam com solado de pneu velho. Por causa disso tudo é que eles diziam que "o tempo bom se acabou". Iam embora por ali afora, repetindo a mesma cantiga...

Minha morena, vamo'-nos embora olô...
Que o tempo bom se acabou...
Minha morena, vamo'-nos embora olô...
Que o tempo bom se acabou...





A casa materna e seu quintal

O importante não é a
casa onde moramos,
mas onde, em nós, a casa mora.
(Mia Couto)

A casa da menina Auta era uma casa de pobre. Paredes de barro, caiadas de branco, telhas estilo colonial, empretecidas de húmus, piso atijolado, pé direito baixo, com uma janela e duas portas na frente. Uma das portas dava para um biombo, onde o pai guardava a montoeira de ferramentas usadas no cultivo da cana: foice, enxada, cordas, cangalhas e outros utensílios. A outra era a da sala de visita, que servia para tudo e muito pouco para a função social que lhe dava nome. Havia apenas dois quartos, um deles ocupado pelos pais e o outro, entrelaçado de redes, onde dormia a maioria dos filhos. Somando-se à cozinha, onde reinava a mãe, d. Izabel, e seu fogão a lenha, era um total de cinco cômodos.

Como a maioria das habitações do meio rural da época, não havia banheiro. "A gente tomava banho na levada", conta com prazer, referindo-se às nascentes que borbulhavam dos olhos d'água, mornas e límpidas como cristal, em direção ao rio Coruripe. O vaivém de potes d'água na cabeça substituía a comodidade do abrir e fechar torneiras, inexistente por aquelas bandas, assim como energia elétrica: "Luz, só a do Sol, quando era dia, e a da Lua ou a do candeeiro, quando era noite".

Para Bachelard, a casa materna é o berço que protege o homem contra as "tempestades da vida". Minha mãe, porém, não era de falar sobre a morada de sua infância. Só o fazia quando provocada e, mesmo assim, laconicamente. Em vez do onirismo exaltado pelo filósofo, o que ela via o dia inteiro era uma temível correia de couro cru pendurada na parede da sala.

> Estatuto do passado. Resquício do *Pater Familias* do Direito Romano – O Pai tem todos os direitos e o filho, todos os deveres. Assim era, assim foi.
>
> (Cora Coralina)

A crítica de Cora Coralina aplicava-se tanto ao velho Goiás ainda sob o efeito do fim do ciclo do ouro quanto aos canaviais de Alagoas, onde os antigos engenhos começavam a dar lugar às usinas mecanizadas. Cenários diferentes e condutas iguais, herança de uma cultura escravagista pela qual alguns pais dispunham dos filhos como os feitores dos escravos. "O que eles sentiam era o orgulho da posse, o domínio sobre sua descendência", desabafa a poeta doceira da Casa Velha da Ponte.

Assim como a poetisa, Freyre identifica uma relação sadista na civilização do açúcar, na qual os segmentos mais favorecidos oprimiam aqueles de posição social subalterna. A violência, física e moral, atingia escravos, trabalhadores, negros e mulheres, vítimas, respectivamente, dos senhores de engenho, patrões, brancos e homens. Segundo um aforismo da época – "Todo doce se converte em cólera" –, o açúcar ingerido pela aristocracia canavieira destilava-se em ira, que não poupava sequer as crianças, acusa o sociólogo em *Nordeste*.

Isso talvez explique por que minha mãe não costumava abrir a porta de sua casa materna. Reconstituir com palavras a imagem de um quarto emaranhado de redes onde embalara o sono dos dez irmãozinhos durante anos a fio, voltar a sentir o ar da cozinha que lhe sufocou a infância de fumaça e obrigações – tudo isso seria tão difícil quanto definir com exatidão o cheiro adocicado da última moagem, que lhe entrava pelas narinas junto com o sumo da mata e o hálito salgado do mar.

Não é à toa que seus relatos ocorrem do batente da porta para fora. Para fugir dos fantasmas, em vez de quartos, cantos e biombos da casa, ela preferia o sótão do céu, brincar de manja no terreiro enluarado, ver a poeira subir no sapateado do coco, benzer o corpo e a alma nas salinas do Pontal de Coruripe e caminhar pela mata virgem, seguindo trilhas de índios, Caiporas e outros seres encantados que coexistiam com a cumplicidade do bicho-homem havia séculos.

Manja era uma das brincadeiras preferidas. Um pega-pega diferente, pois, em vez de uma das crianças pegar qualquer uma do grupo, o grupo é que corria atrás de uma

delas previamente marcada, o manja. Meninos e meninas davam-se as mãos em roda e gritavam:

— Manja.
— Manjaré.
— Farinha de coco.
— Papai mané.
— Em quem eu vou?
— Em quem quiser.
— Soltou,
— Pegou.

Quando falava "soltou, pegou", a gente soltava as mãos uns dos outros e saía correndo atrás do manja. As crianças daquela época não tinham malícia nenhuma, mas se divertiam tanto! Depois do terreiro e da capoeira, era só mata virgem, onde ninguém nunca tinha tirado um pé de pau desde que o Brasil foi descoberto. Tinha onça, Caipora, Gritador da Mata, que botava o povo pra correr no caminho de Penedo. As pessoas andavam muitas léguas debaixo da sombra da floresta. Lá em cima, como as árvores eram muito altas, as copas emendavam umas com as outras. Quando a gente ia pra praia, entrava na fazenda

Bom Jardim e ia sair no Miaí sem pegar um tiquinho de sol, encoberta pela folhagem da floresta. Passei muito por ali quando era criança. Dava mais de uma légua de casa, andando só debaixo da mata com os pés na areia branca. Quando a gente saía da mata, já caía na praia.

As imagens retidas na memória de minha mãe é o que de mais belo restou da exuberante vegetação. Segundo Freyre, nada foi mais violento contra a natureza no Nordeste do que a monocultura da cana. O fogo e o machado castigaram sem piedade a Mata Atlântica desde o início da colonização. Mas só muito tempo depois chegariam ao recanto de Coruripe com igual ferocidade.

A lógica adotada pelos produtores conseguiu aquilo que aos olhos do viajante Konrad Guenther parecia impossível, isto é, arrasar a Zona da Mata. O naturalista alemão citado por Freyre em *Nordeste* havia subestimado o poder dos predadores quando visitou o país na primeira metade do século XX. Em apenas duas décadas, o arvoredo mais nobre do país seria reduzido a coivaras.

O sociólogo compara o canavial a "um conquistador em terra inimiga". Na ânsia de sugar para si toda a força da terra, ocupou a região matando, impiedosa e indistintamente, árvores, animais e índios. A devastação foi tamanha que se torna até irônico continuar chamando a região de Zona da Mata. Por benevolência do destino, minha mãe partiu em retirada antes da chegada do apocalipse.

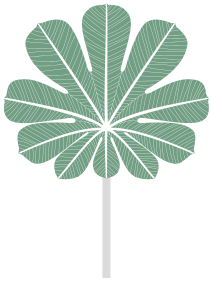
Só assim sua memória pôde continuar perambulando pelos antigos caminhos de sua "mata virgem".

> *No caminho tinha um pedaço de chão todo limpinho, meio arredondado, de areia pura. Era onde os índios dançavam o toré.*
>
> *Um deles, o Romeu, ia muito lá em casa e sabia falar a língua d'agente com a voz meio embolada. Ele se apaixonou pela Trindade, uma moça branca de uma família de Coruripe. Ele roubou a mulher e levou para a aldeia. Chegando lá, ave Maria! Foi aquele fuzuê!... Os outros índios não aceitaram ela de jeito nenhum. Ou ela sumia de lá ou morria. Com medo de morrer, porque eles iam dar fim nela, mesmo, a Trindade fugiu a pé pra Penedo. Aí pegou carona na garupa de um cavalo até Coruripe. Sobre o Romeu, ninguém mais viu ele. Sumiu, enfiou no chão e socou-se. Passado muito tempo, a gente ficou sabendo que ele sofreu um castigo horrível na tribo!*
>
> *O cacique deles se chamava Gabriel. Ele se deitava na cabana, deixava o corpo estendido na aldeia, quietinho, quietinho, como se estivesse morto, e ia se incorporar numa casa espírita na praia do Miaí. Lá, ele se identificava pela fala de um médium, cantando:*

Eu venho de muito longe,
venho da cidade minha, ôôô!...
Sou caboclo de jurema,
Gabriel véio falado, ôôô!...



Eu ia lá com Xoda e a Toinha, irmãs gêmeas e minhas melhores amigas desde criança. Pra todo lugar que eu ia, era junto com elas. Era bonito ouvir ele cantando, as palhas de coqueiro balançando e a zoada das ondas do mar batendo na praia...



Tempo, poderosa abstração

O que é, por conseguinte, o tempo?
Se ninguém mo perguntar, eu sei;
se o quiser explicar a quem
me fizer a pergunta, já não sei.
(Santo Agostinho)

Cada um com a sua vivência, os velhos ajudaram a construir, tijolo a tijolo, o sempre incompleto castelo do conhecimento humano. Mesmo assim, é frequente ouvir frases como "Águas passadas não movem moinhos". Um equívoco perdoável porque a maioria dos velhos de hoje deve ter dito a mesma coisa na juventude.

Enquanto o homem subestima o passado e não vive o presente, pensando o futuro, o professor José Moura Filho ensina outra lição:

> O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas para dar é preciso ter, e não temos outra vida,

> outra seiva a não ser os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós.

No dia em que este texto era redigido, 23 de agosto de 2015, o atleta jamaicano Usain Bolt sagrava-se tricampeão mundial dos cem metros rasos, ao cruzar a linha de chegada do Estádio Nacional de Pequim um centésimo de segundo à frente de seu principal concorrente. Os aplausos fervorosos do público reafirmavam a velocidade como ícone de uma era em que a ínfima fração de unidade de tempo torna-se referência suprema.

Mas, afinal, o que é o tempo, essa poderosa abstração, que, por mínima diferença, determina a glória ou o fracasso de um indivíduo e define, sem qualquer parcimônia, a juventude e a velhice? "Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei", responde Santo Agostinho, sinalizando a complexidade de um tema sobre o qual produz inédita reflexão.

Para o religioso, o futuro simplesmente não existe. É apenas uma expectativa. E aponta o seguinte paradoxo: quando chegar, já não será futuro e, sim, presente. O passado é "lembrança". Consequentemente, passado e futuro não existem, não há como medi-los. O presente, ainda segundo o filósofo, constitui uma linha imaginária entre futuro e passado, sem qualquer distensão temporal (espaço) entre ambos. Em sua desconstrução do conceito de tempo, Santo Agostinho ironiza que o presente "nasce naquilo que ainda não existe" (futuro), "atravessa o que carece de dimensão" (ele próprio), para ir em direção àquilo que já passou. Pelo seu raciocínio, o conceito do presente é tão fugidio quanto a

noção de passado e de futuro. O teólogo afirma serem poucas as coisas que exprimimos com "terminologia exata", e uma delas é justamente a classificação dos tempos verbais:

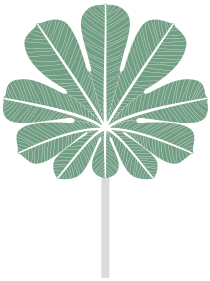
> É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das coisas presentes, presente das coisas futuras. Existem, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras.

Como se vê, Santo Agostinho resume os três tempos verbais na ideia do presente. Tudo seria uma coisa só. Curioso é notar que, transcorridos cerca de quinze séculos, as reflexões do teólogo ecoem com incrível similaridade nas palavras de Carl Jung, quando o psicólogo rememora o momento em que esteve em transe, entre a vida e a morte, vítima de enfarte sofrido em 1944:

> Teme-se usar a expressão "eterno"; não posso, entretanto, descrever o que vivi senão como a beatitude de um estado intemporal, no qual presente, passado e futuro são um só. [...] Havia o que ainda não começara, havia o mais claro presente e algo que já chegara ao fim e, no entanto, tudo era uma única coisa.

Deus mostra por meio de um de seus filhos que lampejos de sabedoria não constituem exclusividade dos

intelectuais. Seu Abel, um dos depoentes em *Memória e Sociedade*, percebe, bem a seu modo, a inconsistência do conceito de tempo discutida pelo teólogo e vivenciada pelo eminente psicanalista ao se lembrar da bizarra decisão de comer todas as latas de leite condensado à venda na prateleira da bodega do seu bairro. As embalagens do adocicado produto já estavam amareladas, com bolor e o conteúdo, provavelmente, deteriorado. "O tempo passou e o leite cozeu", comenta, para, logo em seguida, fazer a seguinte reflexão: "Mas o tempo não passa, o tempo é estático, o tempo é, nós é que passamos pelo tempo [...]."



O amor no tempo dos bangalôs

Pode-se atribuir à monocultura
da cana a formação [...]
do tipo mais puro de aristocrata
brasileiro: o senhor de engenho.
(Gilberto Freyre)

Ao lado da casa da menina Auta ficava o bangalô de seu Augusto Gama, construção verticalizada, enobrecida por requintes que destoavam da simplicidade chã comum às demais habitações. Representava o símbolo de uma época de opulência da aristocracia açucareira, agora cada vez mais seduzida pelo sistema de produção mecanizada.

Augusto Gama, proprietário da fazenda Paraná, em cujas terras a família de minha mãe e os demais lavradores viviam na condição de agregados, dava continuidade ao trabalho do pai, seu Vicente, que tinha especial apreço

pelo meu avô materno, Antônio Beú, sobrenome aportuguesado, de origem holandesa.

Seu Vicente tinha uma filha com o mesmo nome de minha mãe, Auta, ou melhor, a minha mãe é que tinha o mesmo da filha do velho senhor de engenho, pois, neste caso, como será visto, a ordem dos fatores altera o produto.

A Auta nascida no berço da aristocracia açucareira havia se apaixonado por Zé Rita, irmão de minha vó materna, d. Izabel. O rapaz era pobre, porém muito bem afeiçoado, de "pele clara", característica destacada por minha mãe, pois o preconceito à cor negra, herança da cultura escravagista, era prática comum, não disfarçada pelos eufemismos atuais.

A união da filha do aristocrata com um coitado sem eira nem beira – e, se não bastasse, empregado do próprio pai da jovem – era definitivamente inaceitável. Convencidos disso, os dois tramaram fugir às escondidas para realizar o sonho sob a bênção da Igreja em outra localidade, solução encontrada por muitos casais em semelhante situação.

> *O rapaz pedia a moça em casamento. Se o pai não aceitasse, eles fugiam, anoiteciam e não amanheciam. Combinavam o dia, faziam as trouxas, quando chegava a noite, viam se os velhos já estavam dormindo e entupiam no mundo, mata adentro. Tinha até uma cantiga muito conhecida por lá que dizia assim:*

É dia, Maria, é dia...
É dia, Maria, é dia...
O galo cantou fora de hora,
É moça roubada, que vai dar o fora.



Quando voltavam, o pai da moça era obrigado a concordar com o casamento, para a filha não ficar malfalada. E os dois iam embora pra sua casa, cuidar da vida. Não era como hoje, que os filhos casam e vão morar na casa dos pais. Ah, de jeito nenhum! Cada um tinha que ter a sua casa. Fosse boa ou ruim, grande ou pequena, tinha que ir morar no seu ninho.

Apesar das precauções, o plano de fuga foi descoberto pelos pais da moça. Seu Vicente era um patrão generoso, mas, antes de tudo, um senhor de engenho, descendente de uma elite nascida sob o luxo da seda indiana, das baixelas de prata, da porcelana chinesa, requintes que deixavam

pasmos até os viajantes europeus. A aristocracia canavieira estava acostumada ao poder sem limite, regalia herdada dos antepassados, um dos braços da Coroa que garantiram a ocupação e a posse do novo reino; o outro foi a escravidão, afirma Freyre.

Aquela paixão afrontava os valores cultivados pela endogamia açucareira desde o início da Colônia. Os senhores de engenho já tinham sido os senhores do mundo. E com a mesma facilidade que trocavam a sonolência da rede pelas armas para proteger seus domínios contra os invasores de além-mar, não mediam consequências para defender os interesses da família.

Antecipando-se a uma tragédia, a apaixonada Auta, contando com a ajuda de terceiros, comprou um cavalo para o rapaz e encheu-lhe os bolsos de dinheiro, o suficiente para fugir para qualquer região do país e ainda sobreviver por razoável tempo.

> *O tio Zé Rita anoiteceu e não amanheceu. Ajuntou as trouxas e fugiu mata adentro pra Penedo. Lá mesmo largou o cavalo, subiu na barcaça do São Francisco e atravessou o rio para Aracaju. Depois, pegou outra condução e foi parar em Santos, no estado de São Paulo.*

Muito antes de essa paixão eclodir, d. Auta, menina quase bebê, tivera a sorte de cair nas graças da filha do

senhor de engenho. Era quase um amor de mãe, que ignorava fronteiras, uma vez que Auta "mãe" e Auta "filha" pertenciam a territórios sociais diametralmente opostos. Tão intenso era o carinho que, todas as manhãs, a rica senhorita mandava uma de suas serviçais buscá-la em casa a fim de passar o dia sob seus cuidados.

A paradisíaca praia do Pontal do Coruripe, habitada por pescadores e suas jangadas feitas de tronco de mulungu, era refúgio preferido da elite na época do verão. Todos os finais de ano, seu Vicente reunia a prole e seguia o mesmo destino. Dividindo o espaço no banco traseiro do automóvel, estava a menina Auta agarrada à homônima protetora. "Aquele que era tempo bom!", exclama, num misto de gozo, dor e resignação, referindo-se a uma felicidade longínqua, tão impossível de reviver quanto aquela cantada pelo poeta do mar:

> E a minha infância feliz acorda, como uma lágrima, em mim.
> O meu passado ressurge, como se esse grito marítimo
> Fosse um aroma, uma voz, o eco duma canção
> Que fosse chamar ao meu passado
> Por aquela felicidade que nunca mais tornarei a ter.
>
> (Fernando Pessoa)

A generosa jovem exerceu o papel de mãe de minha mãe da infância até a pré-adolescência. Em seus braços, d. Auta conheceu o aconchego do berço sonhado por Bachelard, substituído a maior parte do tempo pelas obrigações domésticas. É com inabalável convicção que se

refere a esses dias como os mais felizes de sua vida. Aquela convivência, embora intermitente, foi o teto protetor de sua infância, diria o filósofo.

Depois da fuga, o senhor de engenho impôs severas restrições à filha. Mesmo sob forte vigilância, os dois continuaram o namoro por correspondência. As cartas demoravam mais de mês para chegar ao destinatário. A menina Auta, agora já mais crescidinha, assumiria aqui papel importante, pois o namoro só se tornaria possível com a sua ajuda e a inteira cumplicidade da mãe.

As cartas da filha do senhor de engenho eram postadas no correio por d. Izabel. Uma ação arriscada, que, caso se tornasse pública, custaria o emprego do marido, pois quebraria de uma vez por todas a confiança do patrão, conquistada ao longo de anos de fiel subordinação.

> *Quando a madrinha escrevia e queria botar uma carta no correio, ela enfiava a carta por dentro do decote do meu vestido, prendia com uma presilha, para não cair e ninguém ver, pois o papai não podia saber de jeito nenhum. Eu saía pela cozinha, passava debaixo da cerca, porque a gente era vizinho, e entregava a carta para minha mãe, que colocava no correio. Quando chegava carta do tio Zé Rita para a madrinha Auta lá em casa, minha mãe me pedia para eu fazer a mesma coisa.*

Em Santos, Zé Rita ingressou na Marinha, viajou pelos sete mares, conheceu muitas mulheres, mas nenhuma delas ocupou o lugar do amor de Coruripe. Os anos se passaram e a chama daquela paixão continuava acesa, realimentando o sonho de um dia fugir com a amada e fazer valer a voz do coração. Agora, porém, em razão da enorme distância que os separava, a logística de uma nova fuga seria muito mais complexa e os riscos sobejamente maiores. Mas nada neste mundo era obstáculo o bastante para conter a obstinação de ambos.

Depois de algumas trocas de carta, estava tudo planejado. Zé Rita pegaria um navio em Santos com destino a Maceió e daí chegaria até a fazenda Paraná, onde Auta o esperaria em local, dia e hora combinados. Mas, no exato dia do embarque, sufocado pela incontida emoção, um acidente vascular cerebral arrancaria da mão do marinheiro o leme de seu destino.

Portugal lançou ao mar célebres navegantes, mas foi o poeta Fernando Pessoa que melhor descreveu a dor de quem vê o navio afastar-se do porto: "Ah, todo o cais é uma saudade de pedra!". O pior é que, desta vez, não havia a esperança consoladora da volta. Aquela paixão, que por tantos anos desafiara o turbulento oceano do coração, ia a pique bruscamente. Em vez do sonho, o naufrágio sem adeus. Ao destemido marujo, restaria apenas o silêncio de pedra; à apaixonada Auta, a saudade do cais.

Apesar de tudo o que aconteceu, ou talvez por isso mesmo, seu Vicente ignorou o laço de parentesco que unia meu avô a Zé Rita e manteve intacto o apreço pelo fiel agregado. A desolada Auta tornou-se madrinha de batismo de minha mãe. E como forma de eternizar seu profundo

afeto, deu-lhe o próprio nome em cerimônia que teve o implacável e também amoroso pai como padrinho.

> *No mesmo dia do batizado, ele mandou ferrar uma novilha com meu nome e deixou no pasto junto com o gado dele. Ela deu cria e foi rendendo. De vez em quando, eu vendia um garrote para comprar minhas coisas: tecido pra fazer roupa, sapato, sabonete, tudo de bom e de melhor nas lojas de Coruripe.*

Antes de morrer, o dono da fazenda Paraná ainda teve o cuidado de fazer um testamento verbal aos herdeiros. Em uma das "cláusulas", estabelecia que nenhum dos filhos e sob qualquer pretexto poderia destituir meu avô e sua prole dos usufrutos por ele concedidos.

Sob uma espécie de feudalismo cordial, Antônio Beú tinha direito a uma gleba, onde cultivava cana. Usava o engenho do patrão para produzir o próprio açúcar e vendê-lo aos comerciantes de Penedo. A casinha onde morava também deveria ficar intocável à disposição do último dos Beú.

Mesmo com todas as garantias, a casa materna não ficaria imune às tempestades da vida. Minha vó era mulher de fibra, ora sisuda, ora de largas gargalhadas, mas, antes de tudo, corajosa. Submetida a todo tipo de humilhação, enfrentou a excomunhão católica, largou o marido e foi acom-

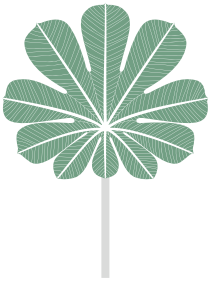
panhar os filhos, que resolveram tentar a vida no Sul, seguindo o rastro de minha mãe, recentemente casada.

A debandada da mulher e dos filhos, no entanto, não foi motivo para que os herdeiros de seu Vicente ignorassem a vontade do patriarca, uma vez que o "chefe da família" continuava fincado de corpo e alma no massapê dos canaviais, onde sempre vivera e morreria. Talvez, com seus botões, Antônio Beú já soubesse que quase todos voltariam um dia a beber a água da mesma cacimba. A velha (e irracional) intuição acertaria mais uma vez. Menos de dez anos depois, todos retornariam ao torrão de origem, à exceção de minha mãe, agora com seis filhos, e uma das irmãs, Maria Lúcia.

Como diz um dos depoentes de *Memória e Sociedade*, o tempo simplesmente é, não passa. E daqueles que pegaram o caminho de volta, um a um foram passando pelo tempo. Enquanto isso, o testamento oral do senhor de engenho era obedecido até a última palavra. A singela casa materna de d. Auta cumpriu o seu destino. Só foi ao chão depois de ocupada pelo último usuário da prole, José, apelido "minininho". Selava-se também o fim do patriarcalismo escravocrata, sucumbido pela força das grandes usinas.

O novo modelo acelera o ritmo da degradação da natureza e afeta drasticamente as relações humanas. Torna impossível, por exemplo, o antigo compadrio entre patrão e empregado, que, paradoxalmente, era admitido pelo sistema.

Impassível a todas as mudanças e agora em mãos de "outro barro", ou seja, de forasteiros, o bangalô de seu Augusto Gama continuou de pé, restaurado, elegante como um terno de linho engomado, mantendo a velha pose da aristocracia açucareira.



"Sabença"

A ciência consiste em saber;
em crer que se sabe está a ignorância.
(Hipócrates)

O espaço que faltava na modesta casa da menina Auta sobrava no quintal, onde as frutas faziam a alegria da meninada. A macaxeira, tubérculo básico da dieta alagoana, farta e barata, era o espantalho da fome: "Quando não tinha no quintal, dava no brejo, onde todo mundo podia pegar".

A alimentação era simples, regrada e boa parte garantida pelo plantio doméstico, sem agrotóxicos e pesticidas, o que evitava muitos dos males que afetam a saúde do homem desde o final do século XX.

Pela manhã, a mãe fazia cuscuz, tapioca, às vezes angu de caroço ou cozinhava macaxeira, inhame, batata doce. Ninguém tinha costume de comer pão. A gente almoçava

entre nove e dez horas. O feijão era cozinhado na panela de barro, junto com a carne de charque, abóbora, maxixe e quiabo. A gente comia tudo com farinha de mandioca. Às vezes tinha bacalhau. O bacalhau, naquela época, era baratinho e era bacalhau de verdade, vinha de Portugal em barricas de madeira. Arroz branco não existia por lá. De tarde, repetia um pouco o que tinha comido pela manhã. Se não, passava o resto do dia comendo fruta, que dava o ano inteiro. Fruta-pão, jaca mole, jaca dura, goiaba, pinha, caju, manga... Tinha o gaiamum, que a mãe cevava num chiqueirinho, no quintal. Siri, ostra, camarão, massunim e peixe que não acabava mais: serra, garassuma, pargo, arabaiana, tudo cozido no leite de coco. Papai saía pra beira do mar montado no burro e voltava com os caçuás cheios de coco de um lado e de castanha de caju do outro. Era só chegar e apanhar... O tempero era só sal, sal de pedra, da salina do Pontal de Coruripe. Pra cozinhar, usava água ou o óleo do coco. A gente aproveitava o óleo da própria carne. Ninguém usava óleo de soja – não existia isso por lá na minha época, nem banha de porco. Acho que é por isso que até o dia em que saí de lá, no ano em que me casei, em 1944, não conheci ninguém gordo na minha terra.

Medicina sem jaleco

Na zona rural de Coruripe, não havia médico nem farmácia. Mas a mãe natureza sabia cuidar de seus filhos.

Quando uma criança gripava, fazia chá de mastruço, de mentrasto e de outras ervas. Cozinhava aquela porção de folhinhas. Quando chegava de tardezinha, na hora em que o menino ia se deitar, a mãe pegava o xarope daquele cozinhado bem morninho e dava um banho da cabeça aos pés nele. Depois, enrolava ele todinho ainda com o corpinho molhado do chá. Só deixava o rostinho de fora para respirar e botava pra dormir. No outro dia, amanhecia sem febre sem nada. Se estivesse com o nariz entupido, a gente saía bem cedinho para as nascentes. Chegava lá, estava aquele olho d'água borbulhando assim... (gesto com os dedos da mão). Bastava a gente entrar naquela água morninha e acabava o catarro. Se alguém quebrava um braço ou uma perna, fazia tala de plantas, batia raiz de mastruço junto com mentrasto e outras folhas, pegava um retalho de pano e amarrava aquilo tudo em cima. Às vezes, o braço ou a perna ficava meio torto, mas sarava. A mãe usava muitas ervas, mas o

mastruço vinha em primeiro lugar. Se fosse uma pancada e o lugar ficasse só inchado, usava mastruço com sal. Se fosse uma ferida, usava mastruço com açúcar, e às vezes os dois, sal e açúcar, tudo junto. Uma vez, estava mexendo no quartinho, onde papai guardava as ferramentas do canavial, caí e bati a perna na quina da enxada. Ave Maria! Saiu tanto sangue! A mãe pegou mastruço com açúcar, amassou os dois bem amassados, botou em cima do machucado, amarrou com um pedaço de pano e pronto. Logo parou de sangrar e o corte nem inflamou.

Aquela gente antiga era sábia
e sagaz, dominante.
"Criançada, para dentro,"
quando a gente queria era brincar.
Isto no melhor do pique.
"Já falei que o sereno
da boca da noite faz mal".
Como sabiam com tanta segurança
e autoridade?

(Cora Coralina)

Era abril de 1980. Estava de férias em Santiago do Chile quando fui acometido por uma forte cólica estomacal. Não tinha seguro saúde-viagem, desconhecia os nomes dos medicamentos no país e, para aumentar a in-

segurança, a terra onde brotou a poesia de Pablo Neruda vivia o horror da ditadura do general Augusto Pinochet, onde todo estrangeiro era um potencial suspeito.

Saí até a porta da rua incomodado pela dor e, casualmente, bati os olhos em cima de um arbusto enraizado entre as rachaduras da calçada, resistindo bravamente ao açoite do vaivém dos automóveis. As folhas estavam enegrecidas pela poeira do asfalto, mas, com certo esforço, percebi ser jervão, erva muito usada pela minha mãe no trato de problemas gastrointestinais. Inacreditável! Aquela plantinha, que me havia me socorrido desde a infância, estava ali, a milhares de quilômetros de casa, pronta para me acudir mais uma vez com algumas xícaras de chá.

A discussão sobre a validade do conhecimento tradicional é análoga à polarização *subjetividade versus racionalidade*. Felizmente, a academia começou a dar ouvidos a uma obviedade consagrada há séculos pela oralidade. A medicina popular, atesta a pesquisadora Maria Thereza de Arruda Camargo, é capaz de indicar uma infinidade de plantas potencialmente úteis ao trabalho desenvolvido nos laboratórios, em diferentes áreas da ciência, principalmente medicina, farmacologia e bioquímica.

O etnólogo Alceu Maynard Araújo prefere usar o conceito de "medicina rústica" em decorrência de sua íntima relação com o campo. Considera-a todo o conjunto de técnicas, práticas, fórmulas e gestos utilizados pela população para cura e prevenção de doenças. Compõe o que classifica de "sabença popular", na sua visão, um capítulo da sociologia rural patenteado pela memória coletiva.

O espectro da medicina ou "sabença popular" é infindável. E num país onde a população é marcada por forte



D. Sílvia

sincretismo religioso, fica mais fácil entender por que algumas de suas práticas são sustentadas no sagrado.

Sílvia Santana Sousa Cruz, baiana, sessenta e quatro anos, ainda era criança quando chegou ao Planalto Central, acompanhando os pais, que participavam da construção da nova capital do país no governo de Juscelino Kubitschek. A menina cresceu, tornou-se adulta, cursou duas faculdades, casou-se, teve filhos e foi dar aula na rede pública. Mesmo com todo seu academicismo, para a comunidade de Sobradinho, cidade-satélite distante vinte e três quilômetros de Brasília, ela é apenas a benzedeira d. Sílvia, que, além de tirar quebranto de crianças, conhece as propriedades curativas das ervas como poucos.

A propósito, vale perguntar: de quem o povo herdou os conhecimentos sobre o poder de cura das plantas? Dos indígenas, responde Gilberto Freyre. Segundo o sociólogo, os brasileiros que antecederam a chegada de Cabral conheciam uma quantidade infindável de ervas medicinais. Segundo sua avaliação, a população brasileira teria obtido muito mais benefícios se os colonizadores, em vez de menosprezarem a cultura dominada, tivessem mantido uma relação de troca com ela.

Muito antes de lecionar para alunos do ensino fundamental, d. Sílvia frequentara uma escola sem lousa, giz ou tabuada. Mas tinha à disposição uma professora que ensinava a vida vinte e quatro horas por dia aos moradores do povoado de Santo Inácio de Loyola, distrito de Gentio do Ouro, interior da Bahia. Era a avó índia Maria Paranaguá. Com ela, a menina aprendeu muito mais do que ler, escrever e as quatro operações aritméticas, disciplina da qual se tornaria professora. Na sala da natureza, fluidificava uma

sabedoria de fazer inveja a muitos pedagogos. A violência, materializada nas escolas da época pelo uso da palmatória, era substituída por uma candura divinizada. "Índio não bate em filho", testemunhou d. Sílvia inúmeras vezes. Conta que a avó, de tão indignada, ficava o dia inteiro sem se alimentar quando alguma criança era surrada pelos pais.

Uma das cenas que nunca lhe saiu da memória era a de ver a avó se ajoelhar diante de uma criança todas as vezes que precisava corrigi-la de algum malfeito. "Ela dizia que as crianças veem as pessoas e as coisas em sua volta muito maiores do que realmente são". Sendo assim, a imagem superdimensionada do adulto, explicava a avó, perturba a percepção dos pequeninos, dificultando-lhes o entendimento.

A sabedoria da indígena fez-me lembrar da experiência de rever uma de minhas casas de infância quase cinquenta anos depois. Impossibilitado de entrar nela, estiquei furtivamente o pescoço sobre o parapeito da janela da rua e fiquei intrigado com o diminuto espaço da sala de visita, que antes me parecia de sobra para acomodar uma mesa, quatro cadeiras e a rádio-eletrola Philips, onde meu pai rodava os sucessos da Era do Rádio em seus discos de setenta e oito rotações. Para meu espanto, aquele cômodo tão familiar reduziu-se a foto três por quatro ante os meus olhos de adulto.

Citado por Gonçalves Filho, Bachelard, que frequentemente volta às páginas deste trabalho pela rara capacidade de dar significados às coisas simples da vida, entenderia perfeitamente a minha surpresa. Diz ele: "Fixamos a casa com as dimensões que ela teve para nós e causa espanto a redução que sofre quando vamos revê-la com os olhos de adulto".

Quando criança, d. Sílvia gostava de criar passarinhos. Amorosa, morria de dó quando algum adoecia. Na tentativa de evitar a morte deles, decidiu colocar em prática o que a avó já lhe havia ensinado: rezar, mas, por enquanto, apenas para curar as avezinhas:

> *Eu tirava o passarinho doente da gaiola com a mão, colocava ele deitadinho no chão, cobria com a cuia do cuité e rezava. Quando levantava a cuia do cuité, o passarinho saía voando, bonzinho. Aquilo me dava uma alegria imensa, que até hoje não sei como medir!*

Havia muito tempo que Maria Paranaguá observava o dom precoce da neta. Aguardava apenas uma oportunidade para introduzi-la de vez em seu ofício e passar-lhe a "varinha mágica". Certo dia, avó, neta e quatro companheiras catavam lenha nos arredores da cidade quando uma delas teve um mal súbito:

> *Deu uma febre instantânea nela e minha avó percebeu que aquilo era quebranto. Aí ela falou: "Reza ela". E eu respondi: "Mas, vó, eu não sei fazer isso ainda". E ela disse: "Faça do mesmo jeito que lhe ensinei a fazer com os passarinhos". Ela tinha consciência*

do que estava falando. Isso me deu segurança. Então, fiz o que ela pediu e deu certo. Eu tinha de seis para sete anos de idade.

Depois disso, d. Sílvia nunca mais parou de rezar crianças, adultos e prescrever remédios à base de ervas a todos que batem à sua porta. Entretanto, ao ingressar na universidade, "de ler tanto livro", começou a questionar as antigas convicções, herdadas da avó. Mas logo que começou a lecionar, não teve dúvidas em concluir: "Quase tudo o que eu tinha estudado do Jean Piaget a minha vó já fazia na comunidade, sem saber que aquilo estava escrito nos livros". A partir de então, decidiu adotar em sala de aula algumas práticas ensinadas pela antiga mestra. Substituiu a disposição das mesinhas dos alunos, tradicionalmente enfileiradas, pelo formato em semicírculo; introduziu trabalhos com argila para melhorar a coordenação motora fina das crianças em fase de alfabetização, e o mais transgressor: sempre que havia oportunidade, benzia os pequenos antes das aulas. "Hoje, veja só, são os meus ex-alunos que trazem os filhos deles para eu benzer".

Na memória de d. Auta, a medicina popular incluía outros recursos terapêuticos além das ervas. Hoje em dia, se alguém é mordido por um cão, mesmo que não esteja comprovadamente raivoso, por medida de precaução, a vítima é submetida a um rigoroso protocolo de vacinação por se tratar de moléstia ainda incurável. No interior de Alagoas e no resto do país, os cães viviam soltos nas ruas e geralmente não eram vacinados. Consequentemente, era

grande a incidência de "cachorro doido", como eram popularmente chamados aqueles acometidos pela raiva. Só na casa da menina Auta ocorreram dois casos:

> *Um se chamava Espadarte e o outro, Japi. Eles ficaram doidos dentro de casa. O Japi, bem na hora do almoço. Ele caiu no chão, ficou se batendo, levantou-se meio tonto, babando, doidinho, doidinho. Todo mundo subiu em cima da mesa e eu pulei a janela e corri para o quintal. Quando foi a vez do Espadarte, lembrei que o Lula (irmãozinho caçula) estava deitadinho no chão, no canto da sala. Fui lá, num pulo só, peguei ele, entrei no quarto e tranquei a porta. Os cachorros viviam tudo solto e não tinha vacina como hoje. Todo ano, não era um nem dois que era mordido por cachorro doido. Quando isso acontecia, já sabia: o remédio era correr pro mar. Tinha que ir antes da próxima força de lua, vestido com a mesma roupa que o cachorro tinha atacado. Chegando lá, não podia entrar de qualquer jeito na água, não. Era caminhando de costas, devagarzinho, sem olhar para trás. Quando viesse a primeira onda, a pessoa, de costas para o mar, mergulhava, tirava uma peça de roupa e jogava para*

a onda levar, dizendo umas palavras bentas. Outra onda vinha e ele fazia a mesma coisa até ficar nuzinho, sem nada no corpo. Pegava sete ondas. Depois da última onda, saía do mesmo jeito que tinha entrado, de costas para o mar. Quando botasse os pés na areia, vestia uma outra muda de roupa e ia embora sem olhar para trás até o mar se perder de vista. Era assim que o povo se tratava por lá quando era mordido por cachorro doido. E ninguém nunca morreu. Só fiquei sabendo de um caso, de um rapaz que morava na cidade. Foi atacado e não fez nada. Quando chegou a próxima força de lua, ele endoideceu. Dizem que foi a morte mais triste do mundo!

Confiante no chamado saber científico, o homem perdeu o hábito de observar a natureza, inclusive o movimento dos astros, ignorando sua influência sobre a vida no planeta e a sua própria. O conhecimento tradicional cataloga uma infinidade de regras ditadas pelo círculo lunar, que os antigos aplicavam no plantio, no trato da criação e em várias outras atividades. Voz solitária na academia, doutor em Ciências Naturais e professor de Ecologia Agrária, o italiano Girolamo Azzi decidiu tratar o assunto cientificamente em paciente trabalho publicado em mais de quinhentas páginas. A seguir, uma de suas inúmeras conclusões:

> [...] poder-se-ia afirmar que o período que vai da lua nova até a lua cheia age no sentido favorável à reprodução, enquanto o período que vai da lua cheia à lua nova age em sentido favorável ao crescimento (desenvolvimento vegetativo).

O professor observou também que rabanetes semeados na lua crescente floresciam entre quinze e vinte dias, enquanto aqueles plantados na minguante levavam cerca de quatro meses. Diz a sabedoria popular que a força da gravidade da lua, tal qual acontece em relação ao mar, provoca uma "maré de sangue" no organismo humano.

Quebrando tabu, o cardiologista e cirurgião norte americano Jeffrey Shuhaiber resolveu pesquisar o efeito da força de lua em seus pacientes, para tirar a limpo o que já vinha observando na prática. "Nossa principal conclusão é a de que, na lua cheia, as chances de morte por causa da intervenção são menores e o tempo de internação após a operação, mais curto", afirmou em reportagem publicada pela ISTOÉ, edição 2.282.

Contrapondo-se a um de seus colegas de profissão, que colocou em dúvida a validade da pesquisa, por considerar insuficiente o número de pacientes analisados (duzentos e dez), o cardiologista Luiz Augusto Lisboa, diretor da regional paulista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, reconheceu a necessidade de aprofundar a pesquisa, mas ressalvou: "Se é de amplo conhecimento que a lua interfere nas marés e que 60% do corpo humano é composto de água, por que a lua não pode ter influência sobre nós? As civilizações antigas acreditavam nisso e devemos investigar se existe ou não essa correlação".

A opinião do doutor Lisboa ratifica o entendimento de Antônio da Silva Mello, para quem a falta de explicação científica para uma prática popular não deveria justificar sua rejeição definitiva. A ciência, já observava o estudioso na primeira metade do século XX, ainda não adquiriu "cabelos brancos", enquanto o saber popular é uma herança milenar e foi dele que a humanidade se valeu desde sua origem. Médico, professor, ensaísta e um dos brasileiros mais respeitados no meio acadêmico europeu na época, Mello criticava a "repugnância" de seus pares por tudo aquilo que fugia da lógica positivista.

> *Pedro Rapino tinha de uns dez para doze anos. A gente era quase da mesma idade. Sem pai nem mãe, ele vivia lá em casa. Um dia ele escapuliu do pé de uma jaqueira e caiu bem em cima da cabeça de uma estaca da cerca do quintal. Quando rolou no chão, estufou um bolo do lado esquerdo da barriga. Toda vez que ia respirar, o bolo da barriga fazia um barulho de vento, parecido com um fole. Agarraram ele, levaram para dentro de casa e alguém já saiu atrás de um pinto vivo. Porque, por lá, o povo tinha o costume de tratar os machucados graves com pinto vivo. Pegava o pinto vivo e, do jeito que estava no quintal, colocava dentro do pilão junto com tudo que era erva. Quando batia a mão do pilão, o coita-*

dinho só dava um pio: pio... Esmagava tudo, pegava aquele emplasto de coisas, junto com sal, enrolava num pano e botava em cima do machucado. O Pedro Rapino ficou uns três dias de cama, sem sair para nada. Quando completou os três dias, ele se levantou. Depois, continuou o tratamento à base de folhas até ficar bonzinho.

Pensava-se, conta minha mãe, que a inclusão da avezinha, associada ao efeito da salmoura, potencializava a ação terapêutica dos diversos elementos contidos no emplasto.

A utilização do pinto lembra o ritual primitivo do sacrifício, que coloca o sagrado e a violência sobre a mesma pedra. A cena chocaria o cidadão metropolitano atual, acostumado a consumir frangos criados em linha de produção industrial, expostos nas gôndolas refrigeradas dos supermercados e assepticamente embalados em brancas bandejas de isopor.

No entanto, o sacrifício da avezinha não causaria comoção a ninguém da época. Naquela primeira metade do século XX, a população de Coruripe e do interior do país usava duas maneiras de abater os frangos que viviam soltos nos quintais e no meio das ruas: sangrando-os ou torcendo-lhes o pescoço. Tudo muito simples, sem drama e sem culpa.

O rito do sacrifício intriga pesquisadores desde há muito tempo. Segundo o português José Teixeira Rego, trata-se de culto praticado por povos de diferentes culturas

desde as mais remotas eras. E, apesar das "engenhosíssimas" hipóteses levantadas, muitas perguntas continuam sem resposta, observa o pesquisador.

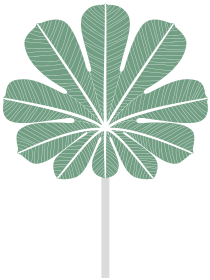
Sob a óptica de René Girard, o sacrifício do pinto – que, nesse caso, corresponde à oferenda – sugere uma tentativa de substituir a morte do menino por outro ser cuja vida nada valia para o grupo envolvido. Curioso notar que o perfil da vítima escolhida coincide com o daquelas usadas nos rituais estudados por Joseph de Maistre, influente teólogo do século XIX citado pelo mesmo Girard: animais dóceis, habituados a conviver com o homem e indefesos como um cordeiro.

O Brasil distingue-se pela sua diversidade cultural, resultado da intensa miscigenação que se reflete de corpo e alma na identidade da população. Como ingrediente adicional, nosso país registra um forte sincretismo religioso, o que, segundo a pesquisadora Marília Flores de Oliveira, cria um campo fértil para outras referências e possibilidades terapêuticas:

> As dimensões simbólicas, mágicas ou míticas atuam nas representações e nas ações relativas ao corpo e seus processos, quaisquer que sejam os ambientes culturais ou os contextos sociais das práticas terapêuticas. Afinal, não é possível estabelecer, na vida humana, distinções categóricas entre o âmbito racional e o mítico-simbólico, pois eles estão interligados e imbricados, numa relação complexa e inteira.

A complexidade à qual se refere a acadêmica reforça o entendimento de que qualquer tentativa para explicar

o sacrifício do pinto no episódio ora relatado está fadada a cair no empirismo das conjecturas. Usando o jargão policial, o caso não foi investigado pela ciência. Consequentemente, não há provas que deponham contra os efeitos curativos atribuídos ao insólito ritual, nem a favor. Diante da incômoda situação, só resta ao juiz absolver a versão da oralidade. Afinal, o dado mais relevante dos autos é que o garoto foi salvo.



Reino encantado

[...] o conhecimento perfeito
das lendas e dos mitos
abrange o campo não de
uma, mas o de várias ciências
e não é em caso algum
brinquedo de criança.
(Afonso Arinos)

A mata virgem da menina Auta servia de morada para todos os seres da natureza. Todavia, a Caipora, o Gritador da Mata, o lobisomem e a mula de padre foram os que deixaram pegadas visíveis no reino encantado de sua memória.

Caipora

A palavra que nomeia o duende mais popular do Nordeste deriva do tupi, *caapora*. *Caa* significa 'mato', *pora*, 'habitante', explica Cascudo. É descrito de diversas formas pelos folcloristas. Ora, como um índio anão, que habita o oco das árvores, para onde costuma atrair crianças

fujonas; ora é identificado como uma mulher que anda aos saltos num pé só, tal qual o Saci-Pererê, ou como um molequinho preto, cabeludo e cara de capeta. Em outra versão, o mesmo ser é visto pela floresta pastoreando uma matilha de caititus. Faz do maior deles sua montaria e tem como batedores uma nuvem de vagalumes a iluminar o caminho.

Como se vê, a representação da Caipora varia de acordo com o imaginário de cada região. Mas, qualquer que seja o território, há uma característica comum entre todas as descrições: ser fiel defensor dos animais e da floresta. Castiga quem abate árvores e surra os cães dos caçadores que matam por simples prazer ou não lhe oferecem fumo ou cachaça, seus agrados prediletos.

Naquela época, o pessoal passava dois, três dias na mata, caçando. Antes de sair, o marido pedia a mulher para fazer a matula e sumia no mundo. Levava farinha de mandioca, carne de sol ou bacalhau. Como já falei, ali tudo era mata virgem de perder de vista. Tinha muita caça, bicho pequeno, tatu, preá, paca, caititu, veado e muito passarinho. Ouvi o Pedro Gago contar uma história que aconteceu com Antônio Lourenço, caçador de profissão, muito conhecido por lá. Ele soltou os cachorros e os cachorros saíram correndo atrás da caça. De repente, um deles sumiu e o Antônio Lourenço só ouvia ele gritar. Já sabia, era a Caipo-

ra. Chegou lá e encontrou o cachorro todo amarrado de cipó e gritando pra se acabar! Aí ele fez o manejado que já sabia. Esfregou uns dentes de alho na testa do bichinho, fazendo um traço em forma de cruz. Logo o cachorro parou de gritar. Depois, cortou os cipós e soltou o coitado. Segunda-feira e sexta-feira ninguém saía pra caçar, porque a Caipora atacava. Se teimasse e saísse assim mesmo, tinha que fazer uma cruz com dente de alho na cabeça do cachorro, senão ele ficava todo desnorteado. A caça ia para um lado, ele para o outro. No final, o caçador voltava pra casa sem nada.

A Caipora, que infernizava a vida dos caçadores nas matas de Coruripe, transcendia de nome e feição, incorporado na figura do Curupira. Há controvérsias a respeito da identidade dos dois. Às vezes, a Caipora é apresentada como filho do Curupira, vocábulo resultante da abreviação de *curumi* e *pira*, que significa 'corpo de menino'. É um duende de cabelos vermelhos, peludo, tem os pés virados para trás e não possui órgãos sexuais e orifício para as excreções. O perfil do Curupira assemelha-se ao da Caipora e varia de região a região. Tal a Caipora, é ferrenho protetor da flora e da fauna.

A força dos mitos da floresta resiste há séculos, realimentada pelo mais antigo meio de comunicação humana, a fala. O jesuíta José de Anchieta, em registro de 30 de maio

de 1560, catalogado pela Academia Brasileira de Letras e citado por Cascudo em *Antologia do Folclore Brasileiro*, relata a presença assustadora dos duendes tropicais entre os nativos, com ênfase para o Curupira:

> [...] certos demônios, a que os Brasis chamam Curupira, que acometem aos Índios muitas vezes no mato, dão-lhes de açoites, machucam-nos e matam-nos [...] Por isso, costumam os Índios deixar em certo caminho, que por ásperas brenhas vai ter ao interior das terras, no cume da mais alta montanha, quando por cá passam, penas de aves, abanadores, flechas e outras cousas semelhantes, como uma espécie de oblação, rogando fervorosamente aos Curupiras que não lhes façam mal [...].

Açailândia (MA), 15 de janeiro de 1959. Quatro séculos depois das anotações do missionário, o Curupira apareceu no imaginário dos brasileiros em razão de um trágico acidente. Na ainda isolada região Centro-Oeste, os canteiros de obra de Juscelino Kubitschek funcionavam a todo vapor, para inaugurar a nova capital do país dali a um ano aproximadamente. Um dos desafios daquele momento era promover a ligação de Brasília com o Norte do país, até Belém, passando pela Selva Amazônica. A construção da Belém-Brasília foi confiada a um desbravador nato, o agrônomo Bernardo Sayão, que, desde o início da década de 1940, havia trocado o conforto do Rio de Janeiro pelos longínquos sertões de Goiás. Avesso às formalidades de gabinetes, o engenheiro gostava mesmo era de andar

pelos matos, construindo estradas, pontes, vilas, abrindo fronteiras. Vítima da própria vocação, foi atingido mortalmente pela queda de uma árvore.

A morte do abnegado engenheiro representou um duro golpe para todos os envolvidos na construção de Brasília. As primeiras notícias sobre a tragédia chegaram aos canteiros de obra acompanhadas de muita desinformação. Alguns diziam que Sayão fora vítima de um ataque de índios; outros, devorado por animais ferozes, pois a rodovia Belém-Brasília era conhecida como a "estrada das onças". E ainda havia aqueles que viam a fatalidade como castigo do Curupira, inconformado com a destruição da natureza pelas lâminas dos tratores. Motivado pelas especulações que corriam na boca do povo, Francisco Manoel Brandão produziu o seguinte texto, transcrito no livro de memórias *Meu pai, Bernardo Sayão*, da filha Léa:

> Sobre o Curupira, diz-se na minha terra que ele sopra fumaça no seu cachimbo de barro, de longo taquari e encanta menino no oco dos paus. Ora é bom, ora é mau. E é mau quando se atenta contra a natureza que ele protege. É um dos deuses autóctones da Amazônia. Tem os pés para trás e não possui "fió". Protetor das florestas, vive batendo com sua borduna no tronco das árvores para ver se estas se encontram firmes no solo.
>
> Certa vez estávamos a recolher, nos campos do planalto, um flagrante topográfico de uma árvore imensa, galhos secos levantados para o céu como quem a pedir socorro por entre o fogo devastador das queimadas. Sayão chegou a nós e disse:

> — Eu a conheci há três anos, dando sombra ao gado e enfeitando com suas flores roxas a paisagem. Você, meu caro, é um poeta e só a alma sensível pode comover-se em presença de uma árvore que morreu. E aqui para nós, que ninguém nos ouça: quando sou obrigado a derrubar as árvores para ver as estradas por entre elas passarem, o trem aqui dentro (referia-se ao coração) bem que desanda e tenho que reagir para não o ver derrapar.
> Respondemos-lhe: — Não temos dúvida a seu respeito. Você é dos tais que a gente logo vê cara e coração.
> Despediu-se dizendo: — Em breve irei enfrentar a floresta da sua terra. E o advertimos, também gracejando: — Cuidado com o Curupira!... Nunca nos passou pela idéia que o diálogo descrito um dia tivéssemos que contá-lo a respeito da causa da sua morte.

Gritador da Mata

O Gritador da Mata, também conhecido por Zé-Capiongo, estava na boca dos habitantes de todo o vale do São Francisco, que abrange os estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, registra Cascudo em *Dicionário do Folclore Brasileiro*:

> Contam que ele é a alma de um vaqueiro que, desrespeitando a Sexta-Feira da Paixão, saiu a campear e nunca mais voltou. Sumiu misteriosamente com o cavalo, o cachorro e a rês que campeava.

Papai tinha canavial. Ele plantava a cana e ia moer no engenho do seu Augusto Gama. Eu via como era. Depois de moer, aparava o caldo e botava numa tacha redonda, enorme, com uma caldeira por baixo. O caldo ia fervendo, fervendo até o ponto de apurar e formar o açúcar. Depois, despejava numa forma de madeira muito bem feitinha. Enchia aquilo tudo de caldo do açúcar e deixava apurar até secar. Dali, botava dentro de um saco bem grande, colocava em cima do cavalo e ia vender para os donos dos armazéns de Penedo. O açúcar não era branco como o de hoje, não. Era meio marrom, da cor de rapadura. Todo mundo por ali só comia dele, porque ainda não tinha usina naquele tempo, só engenho. Papai levava o açúcar a cavalo de Coruripe até Penedo, quatorze léguas de mato a dentro sem ver uma casa, nada. Era só o olho do sol entre as folhagens das árvores lá em cima e o caminhozinho feito pelas pisadas dos cavalos em baixo. É aí que aparecia o Gritador da Mata. Pois bem. Na volta de Penedo, o papai veio sozinho, enquanto os companheiros dele resolveram esperar o dia amanhecer, com medo do Gritador da Mata.

— Cuidado com o Gritador da Mata,

Antônio Beú! — alertaram de lá.

— Que Gritador da Mata que nada! — o papai respondeu de cá.

Papai disse que tomou uns goles de cachaça e sumiu no mundo. Lá muito adiante, e quando já tinha desgastado toda a cachaça da cabeça, apareceu o Gritador da Mata. O Gritador da Mata era um bicho que ninguém nunca tinha visto e não sabia como é que ele era. Era uma espécie de visão. Dava um grito grosso, parecido com grito de gente, horroroso e tão alto que retumbava na mata inteira. Aparecia de mansinho... O primeiro grito era de longe. Aí o sujeito já sabia, era o Gritador da Mata. Dali em diante, tinha que ficar calado, respeitar, não responder nada. Se fizesse assim, ele ficava por lá mesmo, não incomodava ninguém. Mas o papai, que ainda devia estar com um pouco de cachaça na cabeça, caiu na besteira de responder o grito. O Gritador da Mata só dava três gritos, o terceiro já era em cima do camarada. Daí a pouco, outro grito, agora mais de perto. O papai tornou a responder. Quando ouviu o terceiro grito, já foi bem encostado nele. Aí o cavalo empacou assustado. A cangalha começou a virar. Foi virando, virando, virando... O papai

desceu e ajeitou a cangalha no lugar. Acabou de montar e a cangalha começou a virar de novo, como se tivesse alguém puxando ela para baixo. Chegou um ponto em que a cangalha virou tanto que o cavalo não conseguia andar de jeito nenhum. Ficou lá em pé, parado, com a cangalha pendurada no meio da barriga. Bem na frente, passava uma nascente. O papai desceu e botou a cangalha de novo no lombo do cavalo e meteu o chicote. O cavalo rinchava, rinchava, mas não saía do lugar, não atravessava a valeta d'água. O papai batia, batia, xingava todo tipo de nome feio e não valia de nada, o cavalo continuava empacado. Então ele teve a ideia de pegar o punhal com a bainha e prender na testa do cavalo em forma de cruz. Só assim o cavalo voltou a andar, atravessou a nascente e foi-se embora. Papai passou a noite inteira pelejando na mata e foi chegar em casa já com o dia amanhecendo.

Lobisomem

O lobisomem já foi personagem de megaproduções cinematográficas, é amplamente explorado pela literatura, atrai público de todas as faixas etárias, sobretudo a infantil, tornando-se uma "estrela" mundialmente conhecida. Mas o brilho de seu estrelato esconde uma origem sombria.

O mito está ligado ao número que a astrologia considera fatídico, o sete. Ele seria fruto de uma maldição, associada à ideia do pecado, geralmente, o incesto, cuja penitência é paga por alguém da família sob a forma de uma assustadora metamorfose.

Antigamente, quase todos os nomes de batismo eram escolhidos de acordo com o santo do dia reverenciado pela Igreja Católica nos calendários. Na região nordestina, segundo Freyre, havia preferência pelos "santos poderosos" – Antônio, Pedro, José, entre outros, pois, conforme rezava a crença, tinham o poder de livrar os filhos da sina de virarem lobisomem, conta o autor de *Casa Grande & Senzala.*

"O lobisomem é o filho que nasceu depois de uma série de sete filhas", registra, por sua vez, Cascudo, fiel ao imaginário popular. Aos treze anos de idade, outro número emblemático, o amaldiçoado sai à noite à procura de um lugar onde os jumentos costumam se rolar no chão. Ao final desse espojo, o infeliz ganha a forma assustadora de lobisomem. A partir de então, todas as terças e sextas-feiras, à meia-noite, ele sai em correria para cumprir um trajeto que inclui sete encruzilhadas, sete cemitérios de igreja, sete vilas, sete pontes, sete fontes e sete montes, relata o folclorista.

> A gente ouvia muita gente contar história de lobisomem. Se uma família tivesse sete filhos ou sete filhas, os pais, coitados, estavam condenados, porque sabiam que o filho homem mais velho ia virar lobisomem

e a filha mulher, mula sem cabeça. Lá na minha terra tinha um cortador de cana que trabalhava para o papai. Todo mundo dizia que ele virava lobisomem. Mas papai não acreditava:

Vira nada, seu filho da peste! — debochava.

Um dia o sujeito falou para ele:

— Está duvidando de mim, não é seu Antônio? Pois espere, porque um dia o senhor vai ver se eu viro ou não viro lobisomem.

Papai não ligou e continuou fazendo pouco caso dele. Uma vez meu pai vinha pela estrada de Camaçari. Já era tarde da noite e estava escuro que nem breu, porque não tinha lua e por lá, naquela época, não tinha eletricidade. Chegando perto do engenho, papai ouviu umas pisadas atrás dele. Então, ele já ficou de orelha em pé. Ele ia caminhando e as pisadas ficando cada vez mais perto. Quando ele se virou, viu o bicho bem na frente dele. Era o lobisomem, que também parou e ficou sentado, quieto, com os braços encolhidos, olhando para o papai. Era a coisa mais feia do mundo! Aí papai gritou:

— Já sei, é você, não é, seu filho da peste? Espere aí que vou já te dar um tiro.

Com medo de levar um tiro, porque ele

sabia que papai andava sempre armado, o bicho deu um pulo danado, pegou a estrada dos carros de boi, pulou uma cerca e se enfiou no meio do mato. Papai ainda deu um tiro na direção dele, mas não acertou, porque ele já ia longe. No outro dia, lá estava ele de novo no canavial, trabalhando. Olhou para o papai e falou assim:

— Não lhe disse, seu Antônio, que eu virava lobisomem?

Mula de padre

A mula de padre, temida pelos habitantes de Coruripe, também conhecida por mula sem cabeça, há milênios assombra populações do mundo inteiro. Cascudo cita tese de doutorado defendida por Minnie Luella Carter na Universidade de Chicago, em 1928, em que a pesquisadora se refere ao bizarro ser. A descrição do mito feita pela acadêmica teve como fonte um trabalho remanescente da primeira metade do século XIV, o *Scala Celi*, do alemão Johannes Gobi Junior.

> É a forma que toma a concubina do sacerdote. Na noite de quinta para sexta-feira, transforma-se num animal forte, de identificação controvertida na tradição oral, e galopa, assombrando quem encontra. Lança chispas de fogo pelas narinas e pela boca. Suas patas são como calçadas de ferro. A violência do

> galope e a estridência do relincho são ouvidos longamente. [...] A mula corre sete freguesias em cada noite, e o processo para seu encantamento é idêntico ao do lobisomem [...].

Mula de padre era mulher que se amasiava com padre. Era uma maldição. Quem já viu, dizia que era uma mula pequena, miúda, quase do tamanho de um jumento, mas ela corria numa velocidade danada, que ninguém conseguia pegar. Saltava cerca, cancela, matava até cavalo de tanto coice que dava. Um dia, um morador subiu na árvore que ficava perto do espojero pra ver quem era a mulher que virava mula de padre. Ficou trepado lá em cima, escondido, caladinho, até que viu um vulto chegar. Era a mulher do padre. Ela tirou a roupa, ficou nuinha de tudo, se esfregou toda no espojeiro dos cavalos e se transformou na mula. Aí ela sumiu no mundo. Ia andar por sete cidades até a hora de voltar. Quando ela saiu, o sujeito desceu, pegou a roupa dela, subiu de novo na árvore e ficou esperando. A mula deu a volta que tinha que dar e, muito tempo depois, lá veio ela. Se espojou no mesmo lugar e voltou a ser mulher. Mas quando foi pegar a roupa, não

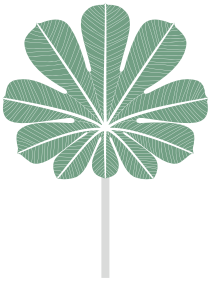
achou nada. Ficou doida, desesperada. As horas iam passando e ela lá, nua, sem saber o que fazer. Só depois de muito tempo, o homem desceu da árvore, entregou a roupa para ela e falou:

— Ah! Então é você. Eu vi você virando mula de padre, vi a hora que você saiu, voltou e desvirou.

A mulher ficou danada da vida e falou que ele ia anoitecer, mas não ia amanhecer, porque ia matá-lo, para não revelar o seu segredo. Com medo, o cabra ajuntou as trouxas e mudou de cidade sem deixar rastro. A mula de padre aparecia muito por aquelas bandas de Coruripe. Quando era época dela aparecer, os cavalos ficavam doidos de medo, muitos deles amanheciam machucados das mordidas dela. O povo tinha mais medo dela do que de lobisomem. O que valia é que dava para ouvir o barulho dela desde longe, por causa do chocalho, um guizo que ela trazia amarrado no pé. Era ouvir, sair correndo, se trancar dentro de casa e botar as mãos no bolso para ela não ver as unhas, porque ela só via alguém pelas unhas. Uma vez, um homem que morava na rua do Alto, perto da Casa de Farinha, vinha andando e, de repente, escutou o

chocalho da mula de padre. Ele logo saiu correndo para casa. Mas a mula de padre viu ele e foi atrás. Ele correu, correu e ela cada vez ia chegando mais perto. E quando ele foi chegando em casa, na carreira que vinha, entrou e bateu a porta. Foi bem na hora, porque logo ele ouviu a pancada forte de um coice na porta, que ficou até a marca do casco pra todo mundo ver.

Os registros de Cascudo e o relato de minha mãe sobre lobisomem e mula de padre apresentam pontos coincidentes. Isso mostra a incrível capacidade da oralidade em preservar a espinha dorsal da identidade dos mitos, o que ajuda a explicar sua sobrevivência através dos tempos em ambientes culturais significativamente distintos.



Mitos no divã

O que significam "na realidade" os mitos [...] ou qual a realidade que aí se dissimula, certamente não sabemos.
(Carl Jung)

Em 1944, a convite do patrão, que expandia seus negócios, meu pai, recém-casado, migrou para o sul com minha mãe, para exercer o ofício de mecânico numa usina de açúcar no interior do Rio de Janeiro, onde tiveram três de um total de seis filhos. Daí, partiram para o estado de Minas Gerais. Vinte e cinco anos depois, a exemplo de d. Izabel, minha mãe largou o marido e foi para Brasília, seguindo o rastro da filharada.

Embora fluminense de nascimento, vivi a infância e a adolescência em Paracatu, cidade mineira fundada no século XVIII pelos bandeirantes Felizberto Cadeira Brant e José Rodrigues Fróis. Antes da inauguração da nova capital

da República, a duzentos e poucos quilômetros dali, a pequena localidade ainda conservava os traços do apogeu colonial, em relação à arquitetura barroca, ao perfil da população, a maioria descendente de escravos, e à abundância do ouro cobiçado pelos portugueses.

A lavadeira d. Matilde, negra curtida de sol, baixinha e troncuda, morava num rancho de taipa, coberto de capim piaçaba, no final da avenida Olegário Maciel, na época, poeira pura. Naquela manhã, havia caído um forte temporal. Ela olhou para uma poça d'água formada pela enxurrada e disse:

— Vou lá dentro pegar minha bateia que aí tem ouro.

Além de lavar roupa, d. Matilde também garimpava na praia dos Macacos para sustentar os dois filhos, companheiros de peladas. Rodou a bateia com vigor e deixou escorrer a água turva de barro até aparecer o pozinho negro do esmeril. Com movimentos suaves e cheios de experiência, continuou rodopiando o rude instrumento até brilhar a preciosa pepita!

A alma da cidade ainda refletia as marcas da escravidão. Os mais velhos diziam haver muito ouro enterrado naquele chão, ora escondido por escravos, sonhando em poder pagar sua alforria, ora pela usura ou previdência dos mais abastados, ou, ainda, por obra de garimpeiros que usavam do subterfúgio para evitar a cobrança do quinto, cuja sonegação pagava-se com a vida.

Assim, era comum ouvir alguém contar casos de tesouros revelados em sonho, conhecidos popularmente por botijas, vocábulo que o português Cândido Figueiredo, seguindo a tradição oral, identifica como "Tesoiro enterrado"; Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *idem* ("Tesouro

enterrado"), enquanto Cascudo usa a expressão "tesouros dados pelas almas do outro mundo".

O assunto, incorporado à memória da cidade, já não causava espanto a ninguém. Por isso, quando eu e os irmãos mais velhos deparávamos com buracos abertos da noite para o dia no meio do mato, sem qualquer elemento que justificasse a escavação, chegávamos à conclusão que os relatos davam como óbvia: alguém havia retirado uma botija naquele local. E seguíamos em frente mais interessados num gostoso banho de riacho.

Esses buracos tinham em torno de um metro de diâmetro por uns oitenta centímetros de profundidade. Encontravam-se fora das trilhas usuais de passagem e só eram descobertos graças à habitual inquietude juvenil, atraída pelo doce das gabirobas e outras frutas silvestres, fartas naquelas paragens.

A localização de um deles foi precedida por uma experiência até então inusitada, pois aquilo de que tínhamos conhecimento apenas pelo "ouvi dizer" aconteceria em âmbito familiar. Certa manhã, um dos meus irmãos acordou sobressaltado, assegurando ter sonhado com alguém lhe oferecendo um garrafão de ouro em pó. O sonho estabelecia as condições para fazer jus à "premiação", e uma delas era a obrigação de o tesouro ser retirado em companhia da empregada doméstica, a quem caberia a metade da fortuna.

Em meio a um clima de euforia, medo e os habituais disse me disse, a societária do tesouro, temente a Deus e a todos os diabos que diziam sair da boca do povo em tais ocasiões, desistiu da tentadora oferta, sobretudo depois de saber que a aventura deveria ser feita após a meia noite.

Acalmados os ânimos, na manhã seguinte, levado pela curiosidade aguçada da idade, ele foi ao local visualizado no sonho, que conhecíamos como a palma da mão. A referência principal era um velho ingazeiro, situado à beira de um alagado, na região conhecida por praia do Vigário, um vale aprazível, coberto de vegetação nativa, espaçada por viçosos gramados e cortado por um límpido córrego margeado de extensa faixa de areia, o que explicava a denominação de "praia" dada pelos habitantes também a outros pontos do mesmo curso d'água: praia dos Macacos, praia do Matinho, etc.

Para surpresa de todos os acompanhantes, havia um buraco exatamente no local descrito em sonho. A terra acumulada ao redor ainda estava fofa e bastante úmida, sugerindo que a escavação era recente.

A imagem daquele buraco nunca saiu da cabeça do meu irmão, tampouco da minha. Já adulto, casado, pai de sete filhos, escolaridade superior, professor em várias disciplinas, ele ainda se lembrava claramente de alguns detalhes que lhe haviam chamado atenção na época. Um deles, a profundidade da cova, relativamente rasa, sugerindo que o objeto retirado já estava próximo à superfície, resultado talvez da lenta, porém, continua erosão, pois o local, beira de brejo, sofria mais acentuadamente o efeito das chuvas. As raízes do ingazeiro achavam-se estraçalhadas, pelo jeito, a contundentes golpes de enxadão. E a julgar pelo esforço exigido em seu esfacelamento, deviam estar obstruindo o acesso a algo muito importante para o incógnito empreendedor.

Chuva de piaba

Quando, antes de dormir, meu filho me pede para contar histórias dos meus tempos de criança, antecipa com um misto de doçura e ironia:

— Já sei, papai. Tudo o que acontece é lá em Paracatu...

Na minha infância, a cidade de Paracatu lembrava uma Ouro Preto em miniatura, porém ainda mais provinciana em razão da distância da capital do estado, vencida em longas horas pelas antigas jardineiras. Assim, compreende-se por que seus habitantes, com exceção dos mais viajados, desconheciam o uso do gás engarrafado. A cozinha funcionava à base de fogão a lenha e também de muita fumaça.

Certa vez, um lenhador me assegurou que na sua região chovia piaba. A serenidade desse senhor intrigou-me tanto quanto a absurda afirmação. Em respeito à sua maior idade, guardei os questionamentos que me vieram à cabeça, todos, claro, no sentido de ridicularizá-lo. Mas, algum tempo depois, o que os dicionaristas costumam chamar de "estória" assumiria o significado de "fato".

Caía um forte temporal na cidade. Cessada a chuva, corri imediatamente para o meio da rua em busca de um dos meus divertimentos favoritos: navegar barquinhos de papel nas enxurradas vermelhas de terra. Tão logo me vi do lado de fora, fui obrigado a mudar de ideia, surpreendido por um cenário digno de Gabriel García Marques. Piabinhas saltitavam pelo chão, brilhantes como caquinhos de espelho, efeito da tênue luz que rompia os flocos de nuvens parcialmente dissolvidos. Peguei algumas delas, asfixiadas pela rasura das poças d'água, para ter certeza do que

via. Eram tão reais que me escapuliam por entre os dedos, lisas como sabão. Enquanto presenciava o inusitado espetáculo, lembrei-me da afirmação daquele lenhador.

Cresci, mudei-me para Brasília, graduei-me em jornalismo, os anos passaram-se e aquela visão fantástica continuava na cabeça, viva e sem resposta. Mas o acaso conspiraria a meu favor. Era repórter do *Jornal de Brasília*. O editor do caderno "Cidades", José Osório Naves, havia me atribuído a tarefa de produzir uma série de reportagens com a finalidade de incentivar o plantio de árvores frutíferas na capital em substituição às espécies exóticas, inadequadas ao clima da região. Um dos entrevistados era professor da Universidade de Brasília. Encorajado pelo tom informal da conversa, decidi correr o risco de falar sobre a "chuva de piaba" de minha adolescência. Surpreendentemente, o mestre tinha a explicação havia tanto tempo esperada.

O fenômeno era resultado da lei dos vasos comunicantes. Líquidos de igual densidade, observou o acadêmico, quando colocados em vasos interligados e posicionados em altitudes diferentes, tendem atingir o mesmo nível, devido ao efeito que a pressão do mais alto exerce sobre os demais. Quando chove em algum rio, lagoa ou córrego localizados numa região elevada, e o leito transborda, é comum cardumes de piabas se infiltrarem nos lençóis freáticos. Às vezes, percorrem vários quilômetros, levados pela pressão da torrente, explicou o professor. Não é raro acontecer que algumas delas acabem expelidas pelas entranhas do subsolo e apareçam saltitando na superfície. Quando isso ocorre longe de um veio d'água natural, muitos são induzidos a acreditar que os peixinhos tenham caído das nuvens, junto com a chuva.

Para o aparente "causo" da chuva de piaba, houve uma resposta científica, palpável de molhar as mãos. O relato original do lenhador deixou-me uma importante lição: não desqualificar um testemunho pelo simples fato de não saber explicá-lo.

O mineiro Afonso Arinos, "um familiar do sertão e dos sertanejos", segundo Olavo Bilac, de quem fora companheiro na Academia Brasileira de Letras, afirma que o estudo dos mitos e das lendas abrange o campo de várias ciências. E, na avaliação do historiador Paul Thompson, a psicanálise é uma delas.

Carl Jung vê o racionalismo como uma das duas "doenças" da atualidade. A outra é a doutrinação, pois, para ele, ideias preconcebidas limitam a psique e consequentemente a capacidade interpretativa do pesquisador. O pai da psicologia analítica critica a pretensão racionalista de achar que tem resposta para tudo. O que, convenhamos, seria um desastre para a própria ciência, pois a evolução do conhecimento é movida pela existência de boas perguntas ainda sem respostas.

Em belíssima descrição e alheio à ortodoxia de alguns de seus pares, Jung relata uma incrível visão que teve enquanto agonizava no leito do hospital, em 1944, vítima de enfarte. A proximidade com a morte, diz ele, parece dar ao indivíduo a liberdade necessária para romper tabus e discutir questões silenciadas pelo preconceito, como sonhos, premonições e os fenômenos de "sincronicidade". Igual à liga que une dois tijolos de uma parede, o mito é "o degrau intermediário inevitável entre o inconsciente e o consciente".

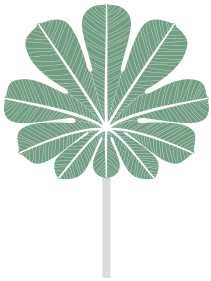
Um dos meus irmãos recebeu uma mensagem por meio de sonho, indicando, com incrível clareza, o local em que estaria enterrado um garrafão de ouro em pó. O iminente psicanalista, por sua vez, sonhou com um amigo já falecido que o convida a acompanhá-lo até o escritório de sua casa. Chegando lá, o anfitrião aponta-lhe o segundo volume de uma coleção de livros exposta em sua biblioteca. O psicólogo acorda intrigado com o sonho e resolve investigar. Na manhã seguinte, bate à porta da casa do ex-amigo e pede licença à viúva para fazer sua onírica inspeção. Ao se colocar diante da biblioteca, identifica imediatamente a publicação tal qual vira no sonho, tanto em relação à cor da encadernação, vermelha, quanto à sua localização nas prateleiras: "Eram traduções dos romances de Zola. E o título do segundo volume era: *O Legado de uma Morta*".

Benjamin já dissera que "o tédio é o ponto mais alto da distensão psíquica". Provavelmente, foi por meio do ócio que o psicanalista conseguiu mergulhar no profundo lago do inconsciente e buscar, não a pretensa prova, mas as evidências que dão base às suas concepções, mesmo sendo elas "uma hipótese impossível de ser verificada", segundo admite. E é com a mente também despida de preconceito que responde a uma das indagações mais emblemáticas da humanidade: Existe vida depois da morte?

> A parapsicologia aceita como prova cientificamente válida da continuidade da vida após a morte o fato de que um morto poder manifestar-se – seja como aparição, seja através de um médium – e comunicar fatos de que só ele tinha conhecimento.

As reflexões do especialista jogam um facho de luz sobre o episódio do sonho com a botija e outros relatos transmitidos pela oralidade. Mas a penumbra permanece, porque a racionalidade divide o veredito com a subjetividade, que, por sua vez, abriga o componente ideológico, ungido pelo sentimento de dominação e poder.

Se a legião positivista admitir a ocorrência de fenômenos que escapam de sua lógica, colocaria em evidência a sua incompletude, observa o psicólogo. A imagem racionalista se desmancharia como uma aquarela sob efeito de pingos d'água. O que se vê aí, portanto, é uma luta por defesa de território, na qual a ortodoxia fecha olhos e ouvidos para as experiências parapsicológicas por serem "fatais à sua visão de mundo", analisa Jung.



Guardiões da memória

O documento não é o feliz
instrumento de uma história
que seria, em si mesma, e
de pleno direito, memória.
(Michel Foucault)

O telefone toca, quebrando o silêncio de uma entediante tarde de domingo. Atenta ao viva-voz, d. Auta ouve um dos filhos do outro lado da linha reclamando do frio anacrônico que castigava a população do meio-oeste americano naquela primavera. Com saudade do calor tropical, ele faz paródia com as estrofes iniciais da *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias. Para surpresa de todos, minha mãe recitou os versos seguintes e ainda informou o nome do autor do livro de onde decorara o poema com os coleguinhas do terceiro ano primário: Erasmo Braga. Em outra ocasião, repetindo o hábito de exaltar as belezas de sua terra, fechou os olhos como a buscar algo bem no fundo da memória e começou a cantar, com a voz quase inaudível e sem

interrupção, uma marchinha não identificável aos ouvidos da curiosa plateia. Ao final, revelou. Era o *Hino de Alagoas*, cuja letra possui mais de mil e duzentos caracteres.

O acadêmico José Moura Gonçalves Filho ensina que a memória revigora. É fácil observar o quanto os velhos são receptivos a falar de sua história. Quase sempre, terminam as narrativas louvando o passado. "Aquele que era tempo bom!", costuma dizer minha mãe, por exemplo. Por que isso? Porque a memória é seletiva, retém com mais facilidade os acontecimentos dos quais o indivíduo se orgulha, que lhe dão alegria, prazer e descarta aqueles que lembram dor e sofrimento. Portanto, não se trata de uma janela escancarada, por onde tudo se vê. E, sim, de um mecanismo de proteção pelo qual esquecemos, "deliberada ou inconscientemente", fatos relevantes de nossas vidas, explica a historiadora Verena Alberti.

A narrativa dos velhos permite afagar o novo com a mão da experiência, joia muitas vezes renegada, mas que reluz quando sai da gaveta da antiga cômoda. É o que sugere Ecléa Bosi em *Memória e Sociedade*:

> O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com seus coetanos, em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa, confronta esse tesouro de que é guardião. De outro lado, recupera o tempo que correu e aquelas coisas que quando perdemos nos sentimos diminuir e morrer.

Uma conversa com idosos, em geral, produz pelo menos dois resultados imediatos: o aprendizado de quem ouve e a autoestima de quem fala. "Quem diria que um dia

eu ia abrir o livro de minha vida e contar tudo? E agradeço por isso: é bom a gente lembrar", assim uma das depoentes de Bosi finaliza sua fala. É comum os velhos recorrerem a episódios singelos, quase sempre lampejos da tenra idade. É o que acontece, por exemplo, com d. Alice, outra fonte da autora de *Memória e Sociedade*. Sua vida foi um rosário de dificuldades, a começar pela infância, extremamente pobre e agravada pela precoce orfandade do pai. Mas, quando a memória volta aos tempos de criança e abre a porta do quartinho que servia de morada para ela e a mãe, empregada doméstica, e avista a rua, em vez de agruras, o que lhe vem à lembrança são as brincadeiras de roda na São Paulo dos barões do café.

O olhar é a "janela da alma" e o "espelho do mundo", define Marilena Chaui. Por meio da visão e também da audição, o indivíduo traz o mundo para dentro de si, convertendo a vida em experiência. E pelo uso da palavra, exercita o "sair de si".

A audição é o único dos cinco sentidos que compete com a visão, o que deixa os velhos numa situação privilegiada, pois tiveram a oportunidade de conjugar como ninguém os verbos olhar e ouvir. Tendo a inspiração e a lógica como parceiras, a memória metaboliza a experiência, aspirante da sabedoria, uma maçã com a qual o homem se engasga desde os tempos bíblicos:

> [...] O homem lança mão da pederneira,
> Desarraiga as montanhas pela raiz.
> Na rocha abre galerias,
> O olhar atento a tudo o que é precioso.
> Explora as nascentes dos rios

> E traz à luz o que está oculto.
> A Sabedoria, donde provém ela?
> Onde está o lugar da Inteligência?
> O homem não lhe conhece o caminho,
> Nem se encontra na terra dos mortais [...].

A *Bíblia* é uma fonte de pesquisa cuja importância sobrepõe diferenças de crédulos. A transcrição anterior, Jó 28, antecipa, com extraordinária clarividência, a relação destrutiva que homem teria com a natureza milênios depois. "[...] a sabedoria é inacessível ao homem", sentencia as Escrituras. Contudo, se existe alguém entre os mortais com chance de usufruí-la, é provável que ela brilhe nos olhos translúcidos dos velhos, que detêm o arcabouço da experiência.

Cada povo, seu próprio código, palco e cerimonial. Mônica Martins de Melo, em pesquisa de doutorado, descreve o ritual xavante denominado *warã*, um conselho formado pelos homens e dirigido pelos mais velhos da aldeia. Posicionados em círculo, reúnem-se diariamente ao amanhecer e ao entardecer, ocasiões em que discutem as atividades cotidianas e compartilham conhecimentos.

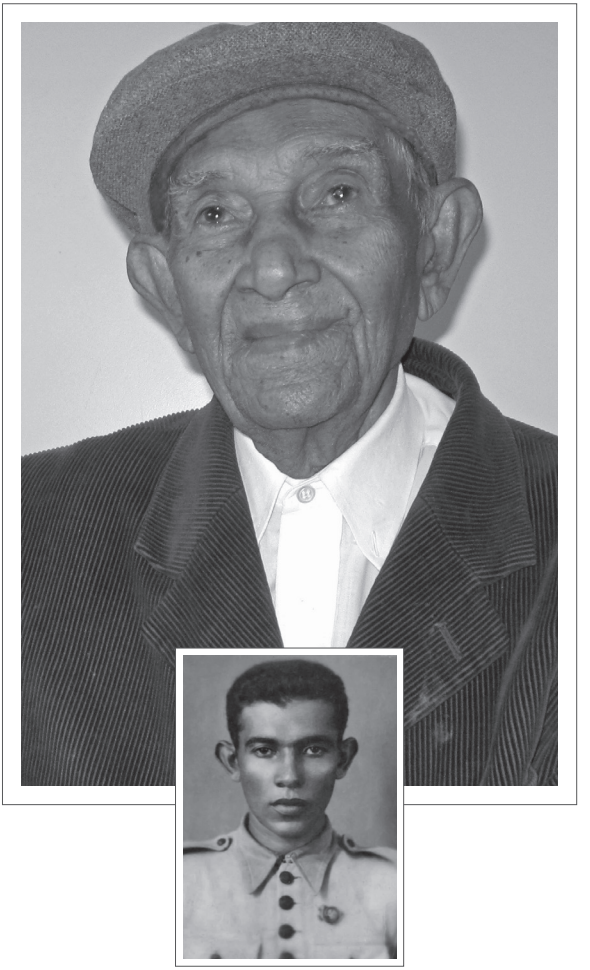
Ilhados em suas reservas pela monocultura de grãos, os velhos xavante tentavam manter viva as tradições e o conhecimento acumulado ao longo dos séculos, entre eles os relacionados à astronomia, cujo avanço surpreende os desavisados. Enquanto o astro de maior referência para os habitantes do planeta é o Sol, as principais decisões do povo xavante são orientadas por um grupo de estrelas, de dificílima visualização a olho nu, chamado *Tsiruru*, conhecido cientificamente como Plêiades.

A mesma *Tsiruru* rege a vida de diversos outros grupos tradicionais desde a antiguidade. Assim, não é difícil entender por que o mais simples morador da Zona da Mata alagoana sabia identificar as Plêiades apontando o dedo para o céu. "São as sete estrelas", responde minha mãe, referindo-se à nomeação dada pelos conterrâneos, simplificada no número de astros que compõe a constelação.

Segundo a mitologia grega, as Plêiades são sete irmãs batizadas de Maia, Electra, Taígete, Steropo, Mérope, Celeno e Alcione, filhas de Pleione e Atlas, castigadas por Zeus com a obrigação de carregarem os céus sobre os ombros. A constelação, que passa despercebida por milhões de habitantes do planeta, já era conhecida milênios antes dos gregos. O *Antigo Testamento*, Jó 38, refere-se a ela com muita naturalidade – "Podes atar os laços das Plêiades, ou desatar as cordas de Órion?" –, indicando que seu conhecimento era de domínio público.

O conhecimento é resultado de um processo acumulativo, frisa o antropólogo Roque de Laraia. É impossível saber quantas pastas desse arquivo foram gravadas pela memória dos velhos, assim como é impossível saber qual seria o estágio evolutivo do homem sem o exercício da oralidade, do verbo.

> No princípio era o Verbo
> e o Verbo estava com Deus
> e o verbo era Deus.
> Tudo foi feito por meio dele
> e sem ele nada foi feito.
>
> (João 1, 1-3)



Osvaldo

Uma vez que o mundo não foi criado pela mídia digital, existe nas "nuvens" um acervo ancestral de informação, experiência e saberes, que ajuda a compor a base do conhecimento do qual se vale o *Homo sapiens* contemporâneo.

Platão, citado pelo ensaísta Alberto Manguel, dizia que todo conhecimento não passa de recordação. O entendimento do filósofo grego permite inferir que os velhos não morrem, pois suas lições continuam vivas, recordadas e compartilhadas anonimamente através do tempo.

Alfred Schutz, em *Ritmo da Vida*, de Michel Maffesoli, troca a vaidade de muitos pela humildade de poucos ao reforçar que o tesouro do conhecimento não é uma conquista contemporânea de meia dúzia de iluminados, e, sim, a soma de moedas cunhadas ao longo da existência humana.

Ou seja, o saber é fruto de um esforço contínuo, de uma luta em busca do esclarecimento, e não uma mera informação. Atribuir-se a si um conhecimento já pronto não é saber. É apenas "a vaidade de possuí-lo", observa o historiador Leandro Karnal. O conhecimento constitui uma "sabedoria imemorial", na qual, quando às vezes pensamos inovar, estamos apenas reinventando a pólvora, ironiza Maffesoli.

Da teoria à prática, Osvaldo José Luiz, meu pai, nascido em 1918, na então diminuta São Luiz do Quitunde, Alagoas, filho de família pobre e órfão de pai desde criança, foi obrigado a ganhar o mundo ainda menor de idade para sobreviver. Em Cacimbinhas, iniciou seu aprendizado de mecânico de automóveis. Sem idade para prestar o Serviço Militar, suas chances de emprego eram quase nulas. Por isso, logo que completou dezoito anos, correu até a capital do estado e apresentou-se a uma unidade do Exército.

"Prestei serviço no 20º Batalhão de Caçadores", conta sem titubear no alto de seus noventa e seis anos de idade, três meses antes de falecer. Em razão da breve experiência de mecânico, somada à sua disposição e extrema disciplina, foi designado para a função de motorista do comandante, cujo nome também ainda sabia de cor, "major Túlio Paes Lemes", usuário de um Chevrolet 38, clássico da época.

Certa vez, para resolver uma situação imprevisível e sob pressão do superior, ele, simples recruta, fez algumas adaptações no sistema de injeção para o veículo funcionar a álcool e concluir a viagem, cujo itinerário havia sido alterado de última hora.

Naquela época, não havia o Pró-Álcool, programa lançado pelo governo trinta anos depois, com o objetivo de minimizar os impactos causados pela crise mundial do petróleo. O mecânico Osvaldo só tivera oportunidade de frequentar o segundo ano do antigo curso primário, interrompido pela morte prematura do pai. Ao usar álcool em vez de gasolina no veículo do comandante, meu pai não estava inventando a roda. A técnica já era conhecida pelos mecânicos de Cacimbinhas, com os quais teve a oportunidade de aprendê-la. Aqueles companheiros de oficina, lambuzados de graxa, mal pagos e, em sua maioria, analfabetos, eram portadores da "sabedoria imemorial" mencionada por Maffesoli.

Tive a feliz oportunidade de conhecer a poeta Cora Coralina graças ao convite da psicóloga e amiga Mariseti de Fátima Melo. Fazia um friozinho gostoso na histórica Cidade de Goiás, cujo aconchego barroco havia encantado o ilustre visitante Claude Levis-strauss, que partiu sem encontrar uma razão plausível para o governo trocar o

bucolismo que o encantara da antiga sede do estado pela então inóspita e recém-inaugurada Goiânia.

A porta da Casa Velha da Ponte estava escancarada. Sinal de que não precisava se anunciar com palmas e que os chegantes eram sempre bem-vindos. Bastava um "Ô de casa!" e ouvir o "Ô de fora!" que a poetiza herdara do avô.

Cora Coralina também encarnava a "sabedoria imemorial" conceituada pelo sociólogo francês. Cada frase era fruto de um conhecimento germinado ao longo de noventa e dois anos de dor, aprendizado e poesia. Apoiada em gastas muletas, mostrava-nos, orgulhosa, as roseiras do quintal banhado pelo rio Vermelho. Talvez tenha sido nessas águas, com o mesmo sabão das lavadeiras, que limpara a alma dos estigmas da infância, que lhe doeram mais do que a dura palmatória, as chineladas e os beliscões.

> Rio Vermelho – meu rio.
> Rio que atravessei um dia,
> (Altas horas. Mortas horas)
> Há cem anos...
> Em busca do meu destino.

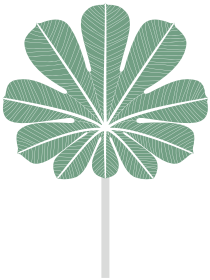
O nome do rio tinha um significado especial para a poetisa. "Vermelho é a cor do coração", lembrava. E da mesma raiz latina *cor* nasce "coração", "coragem" e "corado", todas iniciadas com a sílaba de seu pseudônimo. Embora não o tenha feito por compreensível modéstia, é justo acrescentar aqui outra derivação da mesma etimologia, "cordialidade", um traço da identidade goiana do qual era fiel representante.



Cora Coralina

Benjamin conta o episódio em que um pai, no leito de morte, revela aos filhos a existência de um tesouro escondido no solo do vinhedo. Mais tarde, os filhos descobriram que a herança anunciada pelo pai era a "preciosa experiência" em sua maneira de plantar, o que lhes iria garantir fartura e prosperidade a vida inteira. Regando a mesma semente, os versos de Cora Coralina fecham este capítulo:

> Colhe dos velhos plantadores que sabem com jeito e experiência
> Debulhar as espigas do passado e dar vida aos cereais da vivência.
> Quanta informação antiga, quanta sabedoria inaproveitada...
> O passado não volta, nem os mortos deixam suas covas
> para contar estórias aos vivos.



Brincadeiras

É no brincar, e talvez apenas no brincar,
que a criança ou o adulto
fruem sua liberdade de criação.
(Donald Winnicott)

Os indígenas receberam os colonizadores no litoral baiano com cânticos e danças. Naquela época, os portugueses já eram conhecidos como eméritos bailadores, afirma Cascudo, citando trecho de uma trova do poeta Gil Vicente:

Em Portugal vi eu já
Em cada casa pandeiro,
E gaita em cada palheiro;

Oh então, era cantar
E bailar como há de ser,
O cantar pera folgar,
O bailar pera prazer.
[...].

Misturando-se a herança lusitana, a cultura indígena e o ritmo africano fica fácil entender a força, a beleza e a diversidade das manifestações folclóricas brasileiras. Fica fácil imaginar também o ambiente cultural em que minha mãe foi criada, bebendo a seiva dessas três raças sob os fluidos míticos da Mata Atlântica, morada da Caipora e dos bravos caetés.

Pastoril, chegança, reisado, maracatu, guerreiro e coco eram as brincadeiras mais frequentes no município de Coruripe. Santo Agostinho diz serem poucas as coisas que a terminologia traduz com exatidão. Talvez seja por isso que minha mãe fica sem palavras para descrever a riqueza cultural dos folguedos gravados pela privilegiada memória: "Eu queria ter pelo menos uma fotografia para mostrar como era!".

> *Ajuntava aquele povão! Gente que vinha de todo canto, ali das redondezas. As músicas eram tão bonitas! Tudo tocado com instrumentos feitos por lá mesmo: pandeiro, ganzá, cuíca, reque-reque. Falar não adianta. Só mesmo vendo pra saber o quanto era bonito. Aquele que era tempo bom!*

Antes de participar da Semana da Arte Moderna, em 1922, Mário de Andrade alternava o formalismo da gravata paulistana com as vestes multicoloridas do folclore. Em suas andanças pelo Nordeste, teve oportunidade de sentir

o espírito extrovertido do povo da região, que fica mais à flor da pele de novembro até o Carnaval, conforme constatou. A alegria tomava conta dos moradores do litoral, do engenho e do ressequido sertão, relata o escritor. Mas, em Coruripe, ressalva d. Auta, o calendário das brincadeiras encerrava-se no Dia de Reis, em seis de janeiro:

De novembro até janeiro, ninguém sossegava. Todo dinheiro que o povo ganhava no corte de cana era pra comprar roupa para ir pr'as festas!

O núcleo rural que vivia em função do engenho dispunha da Casa de Farinha, de uso comunitário. Bem ou mal, ainda se viam lampejos de solidariedade entre senhores e subalternos, relação substituída pelo "individualismo duro e seco" dos novos donos da terra, critica Freyre:

> Despareceu todo o lirismo – que, aliás, nunca fora grande nem profundo – entre o dono das terras e a terra; entre o dono das canas e o canavial; entre o dono de homens e o trabalhador; [...] entre o dono das matas e a mata.

"O coco de verdade"

O coco se dançava dentro de casa. O resto das danças era tudo do lado de fora, no

terreiro, nos palanques. Para dançar o coco, bastava ter um ganzá, um pandeiro e um reque-reque. O ganzá era feito de lata. Dentro, botava caroço de milho ou qualquer outra semente redonda que pudesse balançar. Era a batida do pandeiro, o ganzá, o reque-reque, a cantoria e o povo batendo os pés. Ali é que é dança difícil! O povo dançava rodeando a sala e acompanhando o canto na batida do pé. Na vizinha de casa, todo ano tinha coco nos dias de São João e de São Pedro. O piso da casa tinha que ser de barro, porque, se fosse de tijolo ou de cimento, não aguentava, arrebentava tudo. Só se via o poeirão levantar e tomar conta de tudo! As pessoas compravam tamancos novos. Se não fossem novos, não aguentavam. Por cima era couro, o solado era de pau e tinha uns dois dedos de altura. Era a fogueira queimando e o povo dançando ou soltando bomba no pé da parede, do lado de fora da sala. Era divertido. A gente se distraía tanto naquele tempo! Homem e mulher amanheciam o dia empoeirados da cabeça aos pés, daqueles que batiam tanto com os pés que os tamancos quebravam. E não tinha briga, era todo mundo amigo. Os homens bebiam uma cachacinha, mas, ali no coco, saía tudo no suor. Vocês não

sabem calcular como eram as brincadeiras naquele tempo. Não tenho palavras para explicar direito, porque só mesmo vendo pra saber. Aquele que era tempo bom, onde nasci e me criei, na minha terra!

Há uma razão muito especial para o entusiasmo de minha mãe. O coco nasceu no chão alagoano, entre os negros do Quilombo dos Palmares. Segundo Aloísio Vilela, havia muito coqueiral na região, principalmente pindoba, cuja fruta era apreciada pelos africanos. Para extrair a castanha ou *coconha*, eles se sentavam no chão, colocavam o coco sobre uma pedra e batiam com outra até parti-lo ao meio. O barulho do bate-bate das pedras contra as frutas misturava-se com os alaridos dos negros, que, estimulados pela zoada, iniciavam um sapateado acompanhado de cantoria. "Assim nasceu o coco", conta o alagoano Vilela.

"Era uma dança de casal, mas, se não tivesse mulher para todo mundo, dançava homem com homem, mesmo", explica d. Auta. A força da tradição superava as dificuldades. Na falta de instrumentos, até a batucada de um simples caixote bastava para animar uma roda de coco. "Porque era uma dança dos pobres. Nunca vi e nunca nem ouvi falar de um rico dançando coco".

Luís Heitor, citado por Cascudo, considera o coco a fusão mais harmoniosa entre a musicalidade cabocla e a negra, pelo fato de a identidade indígena e branca circularem quase que equitativamente pelo sangue da população alagoana.

Identidade é um fenômeno dinâmico. Sendo assim, as tradições também estão sujeitas a sofrer adaptações ao longo do tempo para sobreviver. As mudanças começaram a ganhar novo ritmo sob o efeito das inovações tecnológicas. Na era da TV digital, do *Facebook*, *WhatsApp* e de outras ferramentas criadas enquanto este texto é produzido, a mídia multiplicou seu raio de ação, vendendo novos padrões estéticos em favor da ideologia de consumo. O mercado promove a obsolescência do novo para lançar um "novo produto novo" e assim sucessivamente. A internet democratizou o acesso irrestrito às informações, abrindo uma janela virtual e ao vivo para o mundo. O "penso, logo existo" foi substituído pelo "sou visto, logo existo", constata o irlandês Michael Foley, professor de tecnologia da informação. Isso explica o fato de ser cada vez maior o número de indivíduos ávidos em conferir suas identidades pelo olhar de terceiros, gerando um desejo insaciável de serem notados a qualquer custo: "A oração contemporânea reza: Que a luz eterna dos refletores brilhe sobre nós", ironiza o autor, referindo-se às redes sociais.

Paralelamente, a globalização fragmentou paradigmas, que, durante décadas, séculos e, em alguns casos, milênios, haviam constituído as bases da identidade dos indivíduos no meio social. Valores culturais foram solapados, ocorrendo o que Stuart Hall classificou de "erosão da identidade mestra". A par de um cenário tão mutante e complexo, compreende-se por que o coco que a minha mãe admirava, "o coco de verdade", difere cada vez mais daquele exibido sob a luz dos refletores.

O suor exalado nas rodas de coco da jovem Auta gotejava a essência da alma alagoana. O ganzá, tantas vezes

lembrado em sua fala, reinava absoluto, acompanhado de pandeiro e reque-reque, confeccionados por mãos nativas. O folclore cria mecanismos de sobrevivência, mas, ao fazê-lo, perde ou transfigura elementos de seu precioso substrato original. É o que indica o relato feito por José Barbosa Junior, após assistir a uma apresentação de coco em Maceió, em 1917, transcrito por E. Salles Cunha em *Aspectos do Folclore de Alagoas*:

> Aos pares, em círculo, que o estreito âmbito da sala delimita, à luz palpitante e fumarenta da candeia espetada no rústico tapume, homens e mulheres dançam. Toda a massa humana se agita, suarenta, dentro numa espessa nuvem de pó, que se alevanta sob os pés, no furor coreográfico dos sapateados, marcando o ritmo binário em *andante sustenuto*, mercê do ruído rigorosamente compassado do ganzá [...]. E a roda vai ondulando incessantemente, sobre si mesma como a distorcer-se em múltiplas vértebras, ao jeito de gigantesco ofídio, tantos são os dançadores a se enfrentarem nos primeiros tempos do compasso com os seus vizinhos lado a lado, e cada um por sua vez; e como assim se movam, a roda investe para a esquerda, continuamente. Enquanto isto, da roda, alguns pares se desgarram, e ei-los dentro dela, aos bamboleios *gracís* ou trejeitos hilariantes, a sapatearem sempre, à procura doutro par, que na roda espera a umbigada, e como se encontrem, continuam a dançar *vis-à-vis*, dois tempos para um lado, dois para o outro. O par visitado logo cede o seu lugar, e ei-lo, agora, por sua vez, dentro

> do círculo, à cata de outro par na roda, de que inda pouco saíra.
> Vezes sucede que um par doutro se acerque, defrontando-o, com manifesta intenção de preferência, e quando o par visitado se dispõe à *umbigada* o outro negaceia, entre a surriada dos que tal cena perceberam.
> De princípio a fim, os que dançam batem as palmas e cantam. São toadas que espelham a alma popular, saturadas de rude, mas deliciosa poesia, que se entoam pela noite adentro, horas a fio. Raro não é, porém, que o cansaço sobrevenha e o ânimo dos dançadores arrefeça, e então, entre a lassidão que o entusiasmo afrouxa, um brado se ouve, cheio de incitamento, estimulante da coragem que esmorece. Nisso, como que novas energias despertam naqueles espíritos saturados de resistências imprevistas, tal se fossem tocados pela varinha mágica de secretos encantamentos [...]. A toada reboa mais límpida e mais forte, as palmas estalam freneticamente, o ganzá estridula, o sapateio recrudesce; do terreiro o pó se ergue e se adensa e se empasta no suor, que escorre da fronte daqueles entes, agora parecidos a possessos! E o furor da dança estruge e atinge o seu auge! Eis o coco.

Chegança

A memória de d. Auta volta ao bangalô de seu Augusto Gama, na fazenda Paraná, onde teve oportunidade de assistir à única apresentação de chegança em sua vida. A brin-

cadeira girava em torno de uma embarcação-coreto, caracterizada por elementos de cunho bélico, estrutura pesada, cujo uso exigia uma logística complexa, pois o espetáculo, de natureza itinerante, percorria várias localidades do município.

O custo da empreitada limitava a frequência da encenação na Zona da Mata alagoana, uma vez que os protagonistas, em sua maioria, eram de origem simples, pescadores, canavieiros, trabalhadores manuais em geral. "Era só uma vez ou outra que tinha chegança por lá":

> *Os homens, todos eles vestidos de branco e de boné na cabeça, como marinheiros, chegaram empurrando um barco todo enfeitado, com rodas, porque era do tamanho de um barco de verdade e muito pesado para ser levado no braço. Tinha mastro, uma vela grande, tinha tudo, mas não era feito para o mar, só para as festas. Encostavam o barco no terreiro e começavam a brincadeira. A gente ficava só olhando, porque, para dançar, tinha que ensaiar as peças antes. Os figurantes dançavam e cantavam cantigas de marinheiro, igual um teatro. A festa começou logo depois que anoiteceu e foi acabar lá pela meia noite. De lá, eles já iam se apresentar em outro lugar, porque a chegança não parava até o dia do Natal.*

A chegança nasceu da intensa relação que os portugueses tinham com o mar, sobretudo a partir do século XV, era das grandes navegações. Isso explica as cenas de enredo marítimo alusivas ao épico conflito que envolveu cristãos e mouros pela posse da península Ibérica. O espetáculo caiu no gosto dos portugueses, tornando-se uma das manifestações mais populares no país e também a mais combatida pelo Alto Clero, por considerá-la extremamente lasciva e sensual: "[...] ancas contra ancas, peneirando-se, coxas contra coxas", escandalizava-se um dito frei, relata o historiador português Júlio Dantas, citado por Cascudo em *Dicionário do Folclore Brasileiro.*

A intolerância da igreja chegou a tal ponto que o rei de Portugal d. João V foi obrigado a proibir a exibição do folguedo sob pena de prisão e flagelo no tronco.

Ao atravessar o Atlântico, a brincadeira encontrou terreno fértil na região Nordeste. O evento era animado com instrumentos de percussão, com predomínio do pandeiro, segundo a tradição alagoana. A comparação a uma peça de teatro feita por minha mãe coincide com os relatos de diversos autores, entre eles o alagoano Théo Brandão. No Rio Grande do Norte, o espetáculo era encenado apenas em recinto fechado. Isso explica por que a primeira apresentação pública no estado aconteceu no palco do Teatro Carlos Gomes, em 1926, uma semana antes do Natal, documenta Cascudo.

Pastoril

A maioria das brincadeiras do ciclo natalino no município de Coruripe acontecia na cidade, cerca de duas lé-

guas da fazenda Paraná. O pastoril era uma delas. Para ficar no centro da animação, minha mãe ia para a casa de um dos tios e só retornava depois do Dia de Reis: "Para eu não ter que andar tanto a pé, todo ano, um dos meus tios me levava lá e me trazia de volta na garupa de um cavalo".

O pastoril é outra brincadeira de cunho teatral, inspirada na visita dos pastores ao menino Jesus na manjedoura. Proveniente de Portugal, era muito admirado pelo povo e também pela Corte. Cascudo cita uma apresentação da brincadeira feita especialmente para o rei d. João III no Natal de 1523.

Originalmente, o espetáculo era realizado em ambiente interno, assim como a chegança, para depois ganhar as ruas e ser encenado em cima de tablados. Cunha busca em suas memórias de infância as imagens de uma apresentação de pastoril, realizada no bairro Levada, em Maceió, que dão ideia do caráter popular da brincadeira:

> [...] O palanque de madeira para os cânticos e as danças das pastoras, as graças do velho e os leilões, erguia-se de um lado, deixando espaço para as barraquinhas, os tabuleiros de roletes de cana, amendoim, beijus, cuscuz e doces dos vendedores ambulantes, e para o estacionamento dos espectadores, como nas quermesses em geral.
>
> Nas noites de festa, farta iluminação encantava o ambiente. Sobre o tablado alinhavam-se as pastoras em duas fileiras, o grupo azul e o encarnado, tendo à frente a mestra, menina sempre mais vistosa e bonita, para orientar as danças, nas suas interessantes

> evoluções, e próximo, a contra-mestra de não menos incomparável encanto.
> Em derredor a assistência, sobre aquele chão de areia escura, permanecia horas a fio, ouvindo a suave cadência das melodias e extasiando-se diante da apreciável formosura das pastoras.
> E as preferências formavam-se entre os rapazes, pelo grupo azul ou pelo encarnado [...].

Era uma disputa entre o partido do cordão azul e o do cordão encarnado. Quem gostasse mais do azul, botava dinheiro no cofrinho das dançarinas vestidas de azul, que eram as pastoras. Quem gostasse mais do encarnado, botava dinheiro no cofrinho das dançarinas vestidas de vermelho. No final, iam contar o dinheiro. Quem arrecadasse mais ganhava.

Guerreiros

Assim como o coco, a brincadeira guerreiros nasceu em chão alagoano, o que explica a sua popularidade em todo o estado. O que mais chamava a atenção de minha mãe eram a coreografia e o efeito multicolorido da indumentária dos figurantes, reluzente de miçangas, espelhinhos, fitas, com destaque para os chapéus, com as abas imitando catedrais, coroas, entre outros motivos.

Ao descrever a brincadeira, d. Auta mistura elementos de outros espetáculos, sugerindo, a princípio, um equívoco de memória. Mas os estudos de Pedro Teixeira de Vasconcelos mostram que minha mãe estava certa mais uma vez. Ao debruçar sobre a origem do folguedo, o pesquisador conta que tudo começou quando os mestres do município de Viçosa, cansados da coreografia e das melodias do reisado, resolveram criar uma dança mais dinâmica. Para isso, incorporaram figuras do caboclinho, da chegança e do pastoril, optaram por cantos mais alegres, abriram espaço para os improvisos, resultando em nova e miscigenada brincadeira.

Uma das teatralizações dos guerreiros mais intrigantes, segundo Vasconcelos, é a protagonizada pela figura da Sereia, cuja introdução no evento se tornava uma incógnita para ele: "Será a Iemanjá dos negros africanos? Ou a Iara dos indígenas?". A resposta admite as duas divindades, afirma o antropólogo, psicanalista e educador Arthur Ramos em *O Folclore Negro do Brasil*. Isso explica por que o enxoval dos guerreiros aconchega, sem conflitos, a africana Iemanjá, a ameríndia Iara, a brasileira Mãe-d'Água e a europeia Sereia. São todas representações da imagem materna, "deusas-mães", regidas por crenças idênticas, sincréticas e universais.

"As deusas-mães chegaram ao Brasil através de Yemanjá", conta Ramos em outro trabalho de sua extensa bibliografia. Foi da fonte que jorra dos seios da divindade africana que também nasceram outros deuses ligados aos fenômenos da natureza, mostra a incestuosa árvore genealógica da mitologia yorubá, transcrita pelo mesmo autor, citando estudos do inglês Alfred Burdon Ellis:

> [...] Obatalá, o céu, uniu-se a Odudua, a terra, e desta união nasceram Aganjú e Yemanjá, respectivamente, Terra e Água. Yemanjá desposou o seu irmão Aganjú, de quem teve um filho, Orungan. Apaixonou-se este por sua mãe e começou a persegui-la, até que um dia, aproveitando-se da ausência paterna, violentou-a. Pôs-se Yemanjá a correr, perseguida por Orungan, que lhe propunha viver com ela. Ia a alcançá-la e por-lhe as mãos em cima, quando Yemanjá cai ao chão, de costas. Então o seu corpo começou a dilatar-se, a crescer desmesuradamente, até que dos seus seios começaram a jorrar duas correntes d'água, que se reúnem até formar um grande lago. O ventre rompe-se e dele saem os seguintes deuses: Dada – deus dos vegetais, Xangô – deus do trovão, Ogun – deus do ferro e da guerra, Olokun – deus do mar, Oloxá – deusa dos lagos, Oyá – deusa do rio Niger, Oxun – deusa do rio Oxun, Obá – deusa do rio Obá, Orixá Okô – deus da agricultura, Oxóssi – deus dos caçadores, Oké – deus dos montes, Ajê Xaluga – deus da riqueza, Xapanan – deus da varíola, Orun – o sol, e Oxú – a lua.

Tal como Jung, Ramos recorre a sua especialidade de origem, a psicanálise, para concluir que o universo mítico dos negros brasileiros é a projeção de uma psique primitiva, "onde todas as coisas se unem por laços invisíveis, em participações místicas impalpáveis". Avalia que o fetichismo afro-brasileiro sofreu influência do espiritismo, da mitologia ameríndia, mas, sobretudo, do catolicismo. Ainda de acordo com o antropólogo, o africano foi obriga-

do a aceitar a cartilha ensinada pelos missionários, sem, contudo, abrir mão de suas crenças. Em vez disso, incorporou o catolicismo ao seu sistema mítico-religioso, transformando-o numa vasta religião politeísta, que passou a abrigar orixás e os santos católicos num mesmo templo.

Assim como Iemanjá recebeu influência do sincretismo local após sobreviver aos porões dos navios negreiros, o folclore africano entrou em simbiose com a cultura dos colonizadores. Por isso, em *O Folclore Negro do Brasil: Demopsicologia e Psicanálise*, Ramos é categórico ao dizer inexistir autos populares de origem exclusivamente negra no Brasil. O africano, explica o autor, aproveitou as instituições culturais já existentes no país, com as quais mais se identificava, e canalizou o seu inconsciente ancestral por meio delas. Assim como outras tradições, o folclore tornou-se uma "válvula" pela qual os negros puderam comunicar-se com a civilização "branca" e, ao mesmo tempo, influenciá-la.

Maracatu

As tradições têm asas longas, afirma Brandão. Mas, embora nascido no vizinho Pernambuco, o maracatu não chegou ao interior de Coruripe com o esplendor de outras brincadeiras. Do pouco que presenciou, a imagem que minha mãe reteve mais nitidamente na memória foi o frenético rodopiar das saias coloridas das dançarinas e o grande chapéu de sol, cheio de franjas e reluzente de espelhinhos, que lhe ofuscavam as retinas.

O maracatu é de origem africana. De todos os povos e tribos daquele continente, somente os habitantes do Congo gozavam o direito de eleger o próprio rei. Com o objetivo

de exaltar esse privilégio, o folguedo produz uma representação da cerimônia da coroação do eleito, realizada no dia sete de outubro, consagrado à Nossa Senhora do Rosário, que os negros veneravam como padroeira.

Quando instigada a falar sobre o cortejo, d. Auta desconversa: "De todas as danças, o maracatu era o mais fraco". Não por acaso, Cascudo manifestava preocupação com o futuro do evento, que via "condenado à morte" em seu próprio torrão de origem.

Reisado

Quando minha mãe fala sobre o reisado, sobressaem a figura bizarra do Mateus e a do boi, em torno do qual gira toda a brincadeira em meio à profusão de cores da indumentária, enfeitada de fitas, lantejoulas, espelhinhos e outros elementos da alegoria, ritmada pelo zabumba, ganzá, reque-reque e pandeiro.

O reisado também é uma manifestação de cunho religioso. Referencia o episódio bíblico da visita dos três Reis Magos ao menino Jesus, numa comunhão do sagrado com o profano, devoção e diversão, aspectos comuns a outras festas do ciclo natalino. A perfeita representação dos figurantes era obtida à custa de meses de árduos ensaios. Para sediar a festa, o grupo escolhia preferencialmente a casa de uma família abastada, que assumia a obrigação de servir os convidados com muita comida e bebida, a hora mais esperada.

Enquanto Cascudo via o maracatu agonizando nas ruas do Recife, o alagoano Brandão observava uma "decadência" na coreografia do reisado desde a década de 1950:

> Atualmente, uma exibição de Reisado ou de seu êmulo e substituto – o "Guerreiro", não apresenta aquela harmonia de conjunto, aquela marcação exata que era apanágio dos Reisados antigos [...]. Neles, a beleza dos movimentos, a virtuosidade e a variação dos "passos" nada tinham a invejar a nenhum "ballet" ou bailado típico de qualquer outro povo do mundo.

Apesar das descaracterizações, Cascudo, em *Folclore do Brasil: Pesquisas e Notas*, apostava na capacidade de o folclore resistir ao tempo e ao espaço, como vem acontecendo há milênios. Em sua opinião, o desenvolvimento industrial, em vez de decretar a morte, faria nascer outro folclore: "Haverá um folclore dos astronautas como há um folclore dos *chauffeurs* de automóveis e pilotos de aviões", pois, segundo ele, o folclore é fruto da mentalidade do homem e não dos recursos tecnológicos: "Para que desapareça é preciso que sucumba a própria função. Sempre foi assim na história do mundo".

Um diagnóstico sobre o futuro do folclore é tão impreciso quanto prever a influência da tecnologia sobre seus atores, e vice-versa. Se, por um lado, os meios digitais absorvem cada vez mais a estética do mercado, por outro, verifica-se que cidadãos, individualmente ou por meio de grupos e associações, estão se valendo das próprias ferramentas da internet para irrigar suas raízes culturais. Assim, admitindo concessões para não sucumbir, o maracatu, que Cascudo viu um dia ameaçado de morte, brilha hoje nos *sites* e oficinas virtuais. Ainda não é o "folclore dos astronautas" projetado pelo mestre. Mas a força da

tradição dança conforme a música para manter vivo o som ancestral de seus tambores.

Desafio

Quando não havia as habituais rodas de vizinhos à noite, no chão do terreiro enluarado, minha vó d. Izabel preenchia o ócio da noite contando histórias, que incluíam episódios do cotidiano.

> *Era tanta coisa que a mãe contava... Quando acabava, a gente ia se deitar, porque naquele tempo não tinha rádio por aquelas bandas, só sanfona e a viola, usada nos desafios. Vinha repentista de todo lado. Eles faziam aqueles livrinhos de histórias cheios de versos e iam vender na feira. O papai gostava de comprar e lia pra'gente. Naquele tempo, era o pau que rolava.*

Embora seja um dos traços mais eloquentes da cultura nordestina, o desafio nasceu na Grécia, mais especificamente no canto amebeu, cuja técnica teria sido desenvolvida por Homero e empregada nos poemas épicos *Ilíada* e *Odisseia*, oito séculos antes de Cristo, supostamente, uma vez que há controvérsia a respeito da época em que o poeta viveu. O pesquisador Mauro Mendes mostra que o poeta Virgílio, em *Éclogas* (ou *Bucólicas*), já usava os cantos alternados dos antigos pastores gregos, baseados em duelos de improvisação:

> Enquanto cuidavam dos rebanhos, os pastores costumavam promover disputas entre si, para ver quem era o melhor na arte de cantar e fazer versos. [...] os dois rivais se alternavam cantando estrofes, que deviam ter o mesmo número de versos, tendo o segundo improvisador a obrigação de se manter dentro do tema proposto pelo primeiro, quer contradizendo, quer o enriquecendo com variações. O primeiro improvisador (repentista) tanto podia se manter dentro de um mesmo tema durante várias estrofes quanto podia mudá-lo bruscamente, criando, assim, maiores dificuldades para o segundo. Este tipo de desafio era denominado canto "amebeu" (canto alternado).

Por que as tradições e os mitos conseguem sobreviver séculos, transpor continentes e ocorrer entre culturas às vezes tão diversas? Gustavo Barroso, citado pelo alagoano Brandão, analisa a questão sob dois pontos de vista. O primeiro deles quando a semelhança resulta de ideias elementares, presentes no cotidiano de diversos povos, o que torna natural sua ocorrência em diferentes lugares e épocas. Mas há casos em que "a identidade não é apenas de ideia, mas também de forma". E a semelhança chega a ser tamanha que fica impossível descartar a influência estrangeira via processo migratório, diz ainda o autor.

Serra o velho

Entre as diversões da época, havia uma delas que tinha a finalidade de atazanar a vida dos idosos durante a

Semana Santa. Era o serra o velho, que hoje encabeçaria a lista dos chamados politicamente incorretos. Já naqueles anos, a "brincadeira" causava indignação em muita gente, chegando a ser proibida em vários municípios.

Quarta-feira da Semana Santa era dia de serra o velho. Naquela época, na minha terra, lá pelas dez horas da noite os velhos já estavam dormindo. Aí ajuntava aquela porção de rapazes, mocinhas, até gente mais idosa e ia para a porta da casa de um velho, levando lata, serrote, runga – que parece uma cuíca, feito de cabaça, faz hum... hum... hum... –, enxada, chocalho e outras coisas de fazer barulho. Ia aquele borbotão de gente, tudo combinado em segredo, pra o velho não ficar sabendo. Quando chegava na porta do velho, um deles gritava: — Seu fulano, ô seu fulano!

Enquanto isso, os outros continuavam caladinhos, de bico fechado...

— Quem é? — Perguntava o velho lá dentro, sem saber de nada.

— Levanta para fazer seu testamento, pra não morrer com as orelhas grandes como jumento — alguém respondia de cá.

Começava assim. Ah, mas quando o velho

escutava isso, ficava doidinho! O pessoal travava a porta com um pé de cabra pra ele não ter jeito de sair. E aquele mesmo que tinha feito a pergunta, continuava:

— Quando o senhor morrer, pra quem deixa a sua mulher?

A gandaia do lado de fora gritava:

— Pra mim, pra mim...

Era muito engraçado!

O velho ficava danado de raiva, porque não podia sair.

Se ele fosse viúvo, o sujeito perguntava:

— Quando o senhor morrer, pra quem deixa a sua filha?

E o pessoal gritava:

— Pra mim, pra mim...

Se o velho tivesse algum tipo de bem, era mais uma pergunta:

— Quando o senhor morrer, pra quem deixa sua casa?

— Quando o senhor morrer, pra quem deixa seu jumento?

E assim por diante, e o povo sempre respondendo: — pra mim, pra mim...

Quando falava "Bate o sino e serra o velho", um deles pegava o serrote e começava a serrar algum ferro, que fazia muita zoada. Isso era para fazer de conta que estava serrando o velho. Tinha a zunga de cabaça, chocalho de cavalo, uma porção de lata para fazer barulho. Enquanto isso, alguém pegava a enxada, cavava uma cova pra enterrar o velho. Era tanto grito, tanto barulho, uma algazarra dos infernos! A zunga imitava o velho gemendo. Era o velho gemendo e o serrote pra lá e pra cá, imitando serrar o pescoço dele. Depois alguém batia o sino para anunciar a morte do coitado do velho. Só vendo, porque não tem jeito de contar nem de escrever...

Quando o velho conseguia sair pra fora, a cova já estava feita. Depois de tudo, ele ainda ia ter o trabalho de tampar o buraco, para o resto do povo não saber no outro dia e ficar mangando dele. Era uma diversão! Naquele tempo, era tudo muito simples, não tinha tanta coisa como hoje, mas a gente se distraía tanto!

A simplicidade da vida cedia lugar à imaginação. Enquanto os meninos construíam seus brinquedos a mão, a menina Auta, entre um afazer de casa e outro, costurava

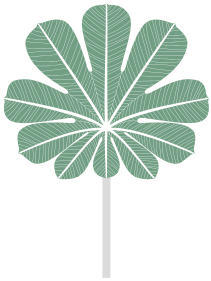
vestidinhos para as bonecas de pano que ganhava de sua fada-madrinha. A última delas, guardou por mais de dez anos numa caixa de sapatos, provavelmente única confidente da vontade de um dia se libertar do peso de ser a primeira da numerosa prole, a quem cabia a obrigação de dividir com a mãe todo o trabalho doméstico sem a ajuda da energia elétrica e com água levada de pote em pote na cabeça, apanhada nas cacimbas:

> *O pessoal pegava uma barrica de madeira, que vinha com cimento – porque, antigamente, o cimento não era vendido em sacos de papel, como é hoje, era em barricas de madeira – lavava a barrica bem lavadinha, arrancava o fundo dela, cavava um buraco no chão e enfiava no buraco até encostar no fundo. Não tinha lama, não, porque o fundo era todo de areia branca. No outro dia, eles pegavam uma cuia pra trocar a água da barrica. Enquanto tiravam a água velha por cima, a água nova entrava por baixo, minada do chão de areia. Depois, tampavam a boca, para não cair cisco dentro. Faziam isso três dias seguidos. Quando completava o terceiro dia, a água estava limpinha, limpinha... Podia beber sem medo. Era a água que a gente também usava para cozinhar, lavar prato e dar banho nos meninos pequenos.*

A dura infância do "tempo velho", como dizia Cora Coralina, não impedia a menina Auta de brincar, verbo que o psicanalista Donald W. Winnicott receita para todos, crianças e adultos. Nos terreiros de areia branca, as brincadeiras adquiriam um significado amplo. E o sinônimo mais fiel, conjugado pela alma alagoana na época, é simbolicamente o primeiro de uma longa lista do conhecido *Aurélio*: "Divertir-se infantilmente", ou seja, em sua máxima plenitude.

Cana, coqueiral, mar, mastruço, salina, jaca mole, jaca dura, pote, cacimba, mata virgem, índios, toré, ganzá, bangalô, mangue, mandioca, fruta-pão, cachorro doido, guaiamum, madrinha Auta, Xoda e Toinha, Gritador da Mata, manja-manjá, mula de padre, Caipora, coco, guerreiro, serra o velho, pastoril, lobisomem, reisado, chegança, maracatu, Hino de Alagoas. Tudo enraizado, vivo na memória!

Enraizamento... Talvez seja essa a palavra-chave. Se é verdade que o canavial ocupou o Nordeste como um "conquistador em terra inimiga", arrasando a ferro e fogo a floresta e seus viventes, não conseguiu secar a seiva que irriga a memória de d. Auta por quase um século. Sem as raízes profundamente fincadas na alma de seu longínquo torrão, dificilmente ela teria conseguido resistir às tempestades da vida, atingir a velhice em plena lucidez para contar esta história.



Referências

ALBERTI, Verena. *História Oral:* a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

ANDRADE, Mário. *Danças Dramáticas do Brasil,* 1º tomo. São Paulo: Martins, 1959.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Cultura Popular Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

ARINOS, Affonso. *Lendas e Tradições Brasileiras*. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia., 1937.

AZZI, Girolamo. *O meio physico e a produção agraria.* Rio de Janeiro: Encadernadora, 1938.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROSO, Gustavo. *Aspectos dos Folk-lores*. São Paulo, Melhoramentos, 1927.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2015.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRANDÃO, Francisco Manoel. Curupira. In: SAYÃO, Léa. *Meu pai, Bernardo Sayão*. Brasília: Senado Federal, 1985.

BRANDÃO, Théo. *Folclore de Alagoas*. Maceió: Casa Ramalho, 1949.

CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. *Medicina Popular*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Martins Editora, 1965.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: INL, 1954.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Folclore do Brasil*: Pesquisas e Notas. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Brasil Portugal, 1967.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura Oral no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1948.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

CHAUI, Marilena. Janela da Alma, Espelho do Mundo. In: NOVAES, Adauto. *O Olhar*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

CORALINA, Cora. *Vintém de Cobre*: meias confissões de Aninha. Goiânia: UFG Editora, 1987.

COUTO, Mia. *Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CUNHA, E. Salles. *Aspectos do Folclore de Alagoas*. Rio de Janeiro: Spiker, 1956.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Bertrand, 1846-1925.

FOLEY, Michael. *A Era da Loucura.* São Paulo: Alaúde, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRARD, René. *A Violência e o Sagrado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e Memória. In: NOVAES, Adauto. *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

JUNG. Carl Gustav. *Memórias, Sonhos, Reflexões.* Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2015.

KARNAL, Leandro. *Pecar e Perdoar*: Deus e o homem na história. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2015.

LARAIA, Roque Barros de. *Cultura*: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Anhembi, 1957.

MAFFESOLI, Michel. *O Ritmo da Vida*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens*: uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MELLO, Antônio da Silva. *Alimentação, Instinto, Cultura*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

MELO, Mônica Martins de. *A confluência entre a ecologia do fogo e o conhecimento Xavante sobre o manejo do fogo no cerrado*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

MENDES, Mauro. *Virgílio e os Cantadores*. Salvador, 2005. Disponível em: <www.arquivors.com>. Acesso em: 24 ago. 2016.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de. *Bebendo na Raiz:* Um Estudo de Caso sobre Saberes e Técnicas Medicinais do Povo Brasileiro. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

PESSOA, Fernando. Ode Marítima. In: GALHOZ, Maria Aliete Dores. *Fernando Pessoa:* Seleção Poética. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.

RAMOS, Arthur. *O Negro Brasileiro*: etnografia religiosa e psicanálise. Recife: Massangana, 1988.

RAMOS, Arthur. *O Folclore Negro do Brasil*: demopsicologia e Psicanálise. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

REGO, José Teixeira. *Nova Teoria do Sacrifício.* Porto: Renascença Portuguesa, 1918.

ROMERO, Sylvio. *Obra Filosófica*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1969.

SANTO AGOSTINHO. *Livro XI, O Homem e o Tempo*. Disponível em: <www.fafi.ufmg.br>. Acesso em: 6 jul. 2015.

SAYÃO, Léa. *Meu pai, Bernardo Sayão*. Brasília: Senado Federal, 1985.

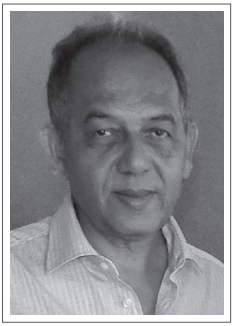
SOB o domínio da Lua. Istoé, 2013. Disponível em: <https://istoe.com.br/318349_SOB+O+DOMINIO+DA+LUA+/>. Acesso em 09 de jul. de 2019.

THOMPSON, Paul. *A voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VASCONCELOS, Pedro Teixeira de. *Andanças pelo Folclore*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1998.

VILELA, Aloísio. *O Coco de Alagoas*. Maceió: Museu Théo Brandão/ Universidade Federal de Alagoas, 1980.

WINNICOTT, Donald W. *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

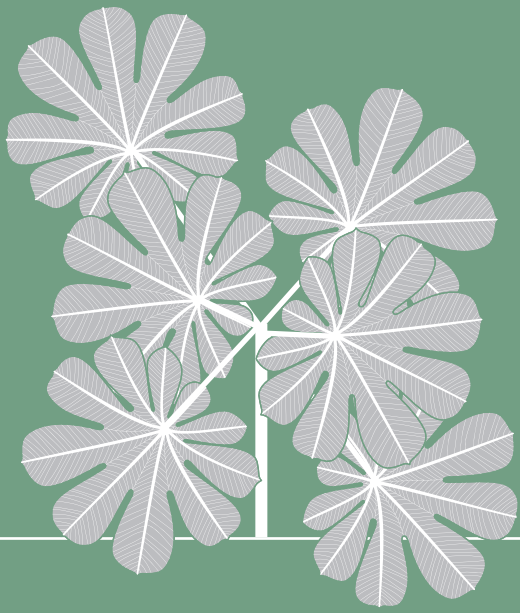


Edson Beú é jornalista, mestre em História Cultural, autor de *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*, *As Cores da Memória: retratos da identidade candanga* e *Os Filhos dos Candangos: Brasília sob o olhar da periferia*.

De Rita nasceu Izabel, que deu à luz Auta, nascida e criada no seio cálido do povo que testemunhou e introjetou o espírito e a seiva boa das manifestações criativas de sua gente, servindo agora de guia e memória deste filial inventário. Sua "voz", de forma muito simples e pura, projeta sua vivência e cruza com outras de consumadas sumidades das ciências humanas, indo estas da antropologia mais sofisticada até à filosofia mais profunda, num singular revezamento do texto. São as estrelas da sabedoria erudita em face da poderosa galáxia da imaginação popular, do prodigioso inconsciente coletivo, chão da cultura, que em nosso país se impôs desde sempre, emulando com os gênios da raça que vêm beber em sua fonte cristalina. De graça e de mão beijada!

Num movimento circular, como o de uma ciranda, desfilam a sua sapiência de Carl Jung a Gilberto Freyre, de Bachelard a Benjamin, de Piaget a Fernando Pessoa, de nossa Cora Coralina a Câmara Cascudo, e até Santo Agostinho comparece com sua clássica definição sobre a passagem do tempo. E a "cena" ganha invulgar colorido quando d. Auta evoca os bons fazeres do povo e a sua arte: a lavoura, a colheita, a farinhada, a moagem da cana, o reisado, o pastoril, o maracatu, o coco de roda, a cantoria, os guerreiros. Mas, em contraponto, transparece contundente a faina sofrida do povo trabalhador, mourejando de sol a sol, no eito e no cabo da enxada, na pedreira e na mina, até o último pingo de energia, o suor descendo e adubando a terra seca. Só lendo para ver como é bela esta saga de d. Auta, contada com ternura e orgulho por Edson Beú neste seu novo livro!

Vladimir Carvalho



Colhe dos velhos plantadores que
sabem com jeito e experiência
Debulhar as espigas do passado e
dar vida aos cereais da vivência.

Cora Coralina

ISBN 978-85-89196-85-7